



## INTRODUÇÃO

*“A Europa não pode sem o auxílio americano salvar nesta hora o que resta do seu património moral e da sua liberdade; a América sai contrariada do isolamento, filho da suficiência, para, proteger-se a si própria, socorrer e apoiar a Europa Ocidental, guarda avançada da sua segurança. Ninguém pode querer nem a morte do velho Continente Europeu nem a sua abdicação.”*

Salazar, 25 de Julho de 1949 *in* (Pereira, 2006, p.257)

A elaboração de qualquer trabalho de investigação exige uma cuidada pesquisa, recolha e tratamento de dados que permitam a criação de uma base sólida e sustentável para a realização do mesmo. Se por vezes a falta de informação, acerca de determinado tema, se consubstancia num obstáculo, também o excesso desta se pode traduzir numa dificuldade ainda maior.

No seguimento da nossa formação, enquanto futuros Oficiais do Exército, efectuaremos uma investigação acerca *da Entrada de Portugal na NATO – Da Perspectiva Política à Militar*, sendo este o tema da investigação.

Ao iniciar a pesquisa deparamo-nos com um excesso de informação acerca da adesão de Portugal à NATO<sup>1</sup>, o que obrigou a cuidados redobrados. Como facilmente se percebe, no quadro da NATO qualquer sub-tema daria para a realização de um trabalho.

O facto da investigação ter recaído nesta temática, deve-se fundamentalmente a um gosto pessoal sobre a história do nosso País, com a finalidade de gerar maior conhecimento acerca do assunto em questão.

Numa perspectiva histórica, muito se escreveu sobre a entrada de Portugal na NATO, em contrapartida pouco se escreveu acerca da opinião e vontades das altas patentes militares e políticas.

Para nós militares é de elevada importância compreender a razão pela qual temos de cumprir determinadas missões no estrangeiro. A partir do momento em que aceitamos pertencer a uma Organização como a NATO, ficamos sujeitos a ser chamados para defender um Estado-Membro da Organização, que esteja sob ameaça em qualquer circunstância.

É objectivo geral desta investigação compreender todo o processo de adesão de Portugal à NATO, uma vez que a política desta Organização assenta desde logo em princípios democráticos, numa altura em que Portugal vivia num regime político ditatorial.

---

<sup>1</sup> *North Atlantic Treaty Organization*; Também conhecido pelo Pacto do Atlântico, Aliança Atlântica ou ainda em português a Organização do Tratado do Atlântico Norte. Ver anexo A.



Enquanto que os objectivos específicos são os seguintes: Identificar a perspectiva Política e a perspectiva Militar ao longo de todo o processo de adesão à NATO; Enumerar os acontecimentos mais marcantes que mediaram o fim da Segunda Guerra Mundial até à data da celebração do Acordo.

A estrutura da investigação assenta em três capítulos:

1º Capítulo – *Enquadramento Histórico* – que vai desde o fim da Segunda Guerra Mundial até ao início dos movimentos para a criação da Aliança Atlântica.

2º Capítulo – *Análise Documental* – Nesta fase será abordado todo o processo que levou à formação do Pacto do Atlântico, bem como a identificação das perspectivas política e militar. Para tal iremos apoiar-nos fundamentalmente no *método dedutivo* através da análise de documentos oficiais, obras escritas de especialistas nesta matéria, pois estes são de fonte fidedigna e permitem uma base de sustentação sólida de factos concretos. No entanto poderão surgir em determinadas situações perspectivas críticas do autor desta investigação.

Uma vez recolhidos os dados e a informação, será fundamental dar-lhes alguma ordem, por isso, o passo seguinte consiste na organização da informação de forma a facilitar a sua compreensão. Também iremos usar como suporte da investigação a imprensa escrita, como revistas e/ou jornais. A análise documental será organizada de acordo com a evolução histórica dos acontecimentos, especificamente sobre a adesão de Portugal à NATO, bem como a perspectiva política e militar.

3º Capítulo – *Análise Crítica* – É aqui que a investigação ganha maior relevo, pois será nesta fase que serão confrontados os diferentes pontos de vista em questão.

Diversas questões podem ser colocadas no início de uma investigação servindo estas de linhas orientadoras, que nos conduzam até aos objectivos inicialmente estabelecidos.

Assim, durante o desenvolvimento da investigação tentaremos responder às seguintes perguntas: Porque é que Portugal foi convidado para fazer parte do restrito número de Estados fundadores da NATO? Isto numa altura em que se vivia num regime ditatorial. Qual foi a reacção do poder político Português ao convite? E porque aceitou? Porque é que Portugal desejava tanto que a Espanha fizesse parte dos países fundadores da NATO? Quem foram as entidades mais influentes no processo de adesão? Será que as altas patentes militares viam com “bons olhos” a entrada de Portugal na criação deste Tratado?

Por fim serão feitos alguns considerandos acerca do tema em estudo.

Como em qualquer trabalho de investigação, surge a necessidade de delimitar as fronteiras da pesquisa em relação ao campo e períodos abrangidos. Assim sendo, tendo em vista o



objecto de estudo iremos dar ênfase a factos ocorridos no arco de tempo compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) até ao momento da criação do Pacto do Atlântico (1949).

Não podemos deixar de salientar que o tempo disponível (dez semanas) para a realização de um trabalho deste tipo é manifestamente reduzido. Um aspecto que ficou claramente condicionado por esta falta de tempo foi a riqueza e diversidade bibliográfica.



## **Capítulo I**

### **Enquadramento Histórico**

#### **I. 1. A Europa no Pós-Guerra**

Não só nos períodos em que ocorreram as duas Grandes Guerras se viveram períodos de grande dificuldade e de instabilidade na Europa, como também, no espaço de tempo que mediou estas duas Guerras se caracterizou por uma paz instável.

No ano de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Continente Europeu encontrava-se devastado, não só fisicamente, como também a nível económico e financeiro.

Esperavam-se agora tempos de regresso à paz e à recuperação económica em toda a Europa afectada por um elevado coeficiente de destruição.

Tanto na Primeira, mas sobretudo na Segunda Guerra Mundial, já com Hitler no Comando, a Alemanha tenta aproveitar a perda do poder britânico e facilmente conquistar e dominar a Europa, sendo este o ponto de partida para o domínio mundial (Telo, 1996).

Em ambas as situações a Alemanha acabou por capitular aos pés dos países aliados, onde os EUA acabaram por ter um papel preponderante.

Nesta altura o velho continente encontra-se mergulhado numa forte crise económica, financeira e política, com a existência de diferentes regimes políticos, onde contudo as democracias predominavam.

Enquanto isso, a Europa depara-se com novas situações. Desde logo nos apercebemos que em tão “curto” espaço de tempo os EUA tiveram de intervir por duas vezes no velho continente, para solucionar o problema do avanço da Alemanha sobre a Europa. É certo que os EUA só intercederam quando na realidade se começaram a sentir ameaçados, no entanto, não deixa de ser verdade que não fora a sua intervenção e a Europa teria sido, muito provavelmente, dominada pela Alemanha Nazi.

#### **I. 2. A Situação vivida em Portugal**

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, Portugal, país neutro, encontra-se numa situação muito favorável, em contraste com aquilo que se vivia no resto do Continente Europeu.

Portugal era, nesta altura, um Estado que dispunha de reservas de ouro, tinha escapado à destruição do território, e como tal não estava obrigado a despende recursos para a recuperação do seu território, mantinha uma boa relação com os países aliados ocidentais e era Portugal quem respondia pela Península Ibérica numa altura em que Espanha é liderada pelo franquismo e se encontra isolada.

No entanto esta estabilidade foi, de algum modo, apenas temporária. O regime de então vai viver momentos de alguma intranquilidade, muito por culpa da “vitória” das democracias.



Portugal beneficiou largamente do seu estado de neutralidade durante a Segunda Guerra, onde conseguiu amealhar alguns créditos, fundamentalmente devido à exportação da cortiça, do volfrâmio, do estanho e das conservas de peixe (Pereira, 2006). Após o fim da Guerra a Europa atravessa uma grave crise económica e financeira, o que vai fazer com que Portugal não consiga continuar a exportar os seus produtos, pois o poder de compra caiu significativamente em todo o Continente Europeu.

Segundo Pereira (2006) as reservas de ouro do Banco de Portugal baixam drasticamente entre 1946 e 1947, onde passou de 416 para 293 milhões de dólares e o Estado vê-se agora em dificuldades económicas. Para fazer face a estas dificuldades Portugal sente a necessidade de estabelecer ou reatar alianças e pactos antigos, nomeadamente o Pacto Ibérico com Espanha Franquista e a aliança com Inglaterra.

Mais tarde Salazar sente que a União Soviética detém um domínio económico, militar e fundamentalmente político em toda a zona de Leste e que não tem qualquer consideração pelas soberanias nacionais. Não é mais possível a Europa Ocidental resistir sozinha, pois esta encontra-se numa situação aflitiva.

As ajudas dos EUA em comunhão com a comunidade Britânica são agora imprescindíveis. Só assim se poderá contrariar as fortes tendências hegemónicas da União Soviética que está a alastrar-se pela Europa. O grande medo de Oliveira Salazar<sup>2</sup> é sem dúvida a expansão da ideologia comunista que vem ganhando cada vez mais “adeptos”, pois em países como a Itália e a França onde a democracia imperava, os partidos comunistas vinham ganhando, cada vez mais, um peso bastante considerável.

Num discurso de Salazar aos representantes das Forças Armadas reforça o seu pensamento de que a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial representou a paz para os países ocidentais, mas não para a União Soviética que manteve as suas forças no “terreno” desenvolvendo-as, como se a guerra fosse para continuar (Pereira, 2006).

Para Salazar é absolutamente fundamental a união na reconstituição europeia, de países como a Itália e Espanha em conjunto com a ajuda efectiva dos EUA, só assim a Europa Ocidental disporá de capacidades, quer materiais quer morais, para poder enfrentar a crescente ameaça Soviética.

Por outro lado, a principal figura do Estado Novo, defende que a Europa deve manter-se em estreita ligação com Inglaterra, pois na sua opinião esta potência irá manter-se a um nível elevado durante um longo período de tempo. A Inglaterra defende a continuidade dos laços tradicionais e este é um aspecto preponderante na perspectiva de Salazar para se refazer e reconstruir a Europa (Telo, 1999).

A tentativa de aproximação a Inglaterra por parte de Portugal através de um plano de defesa conjunto é literalmente recusada, ainda que de uma maneira mais ou menos disfarçada. É

---

<sup>2</sup> Presidente do Conselho português. Ver anexo B.



nesta altura que Portugal se apercebe que, de facto a Inglaterra não era um dos “três grandes”, apontando agora os EUA como a grande potência capaz de garantir a defesa não só nacional, como da Europa.

Mas estariam os EUA interessados na defesa de Portugal?

Quais as contrapartidas que Portugal dava?

Veremos mais à frente, se com a adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte, Portugal viu satisfeitas as pretensões ao nível da segurança e defesa do seu território.

### **I. 3. A ameaça Soviética**

Após o término da Segunda Grande Guerra, ao contrário do que era esperado, a União Soviética manteve os seus exércitos no coração da Europa. Nesta altura a União Soviética dispõe de uma economia desequilibrada, com as suas forças armadas totalmente viradas para a guerra terrestre e com vários sectores muito pouco desenvolvidos.

Grandes áreas do seu território encontram-se completamente destruídas, onde também se regista uma perda de um terço da população masculina activa. Por outro lado, a União Soviética dispõe de um sistema político centralizado, muito forte e com capacidade de facilmente mobilizar a sua população activa (Telo, 1996).

A forma de ultrapassar estas dificuldades é fechar ao exterior a sua capacidade de influência, pois não era capaz de competir com os países com maior índice de produção. Contudo, lentamente a União Soviética recupera e juntamente com os territórios ocupados pelos seus exércitos e com a crescente infiltração comunista conseguiu obter sobre a sua área de influência e domínio sete países europeus nomeadamente a Bulgária, Alemanha de Leste, Roménia, Polónia, Hungria, Checoslováquia e Albânia.

Como destaca Moreira (2004) foram os acontecimentos do golpe de Praga, a 22 de Fevereiro de 1948 e do bloqueio a Berlim ocorrido a 24 de Julho do mesmo ano que tornaram público o fim da aliança do tempo de guerra e vieram confirmar a necessidade da criação de uma aliança para a defesa da Europa Ocidental.

Também a descoberta do segredo nuclear pela União Soviética que fez o seu primeiro ensaio em 23 de Setembro de 1948, deu-se definitivamente a grande mudança política de redefinição do inimigo. A Alemanha deixou de ser o perigo temido e a União Soviética passou a ser o adversário que o Ocidente iria enfrentar nos 41 anos seguintes (Sacchetti).



#### **I. 4. A questão Espanhola**

Segundo Telo (1996) numa conversa entre Franco<sup>3</sup> e Salazar, em Março de 1948, o ditador espanhol dá a conhecer a Portugal a vinda de diversos Generais americanos a Espanha, com o intuito de construir uma grande base aérea junto a Madrid. Contudo, Franco explica a Salazar a posição espanhola: caso a União Soviética resolva avançar para a Guerra, prevê-se que a França não consiga resistir muito tempo e que rapidamente o exército vermelho chegue aos Pirinéus. Nesse caso, esclarece Franco, já outras potências estarão dispostas a ajudar na defesa da Península. Franco está perfeitamente consciente da importância de Portugal na defesa da Península, daí a sua vontade em reafirmar publicamente o entendimento entre Portugal e Espanha através da renovação do Tratado de Amizade e Não-Agressão (Pacto Ibérico), cuja principal finalidade era assegurar a unidade geográfica e estratégica da Península Ibérica.

Aquando do convite a Portugal de fazer parte da criação da NATO, desde logo o governo português colocou como condição que a Espanha também fizesse parte dos países fundadores.

Facilmente se compreende a posição de Portugal em exigir também a adesão de Espanha à NATO, pois para o governo Português os dois regimes políticos vividos na Península estavam umbilicalmente interligados, pelo que, defender o franquismo traduzia-se na prática pela defesa do Estado Novo, sendo esta a prioridade número um do regime político Português. Na perspectiva de Salazar “ a Península era o único baluarte são e forte numa Europa enfraquecida e confundida, prestes a cair perante a ofensiva russa” (Telo, 1996, p. 71).

Tal exigência foi de imediato recusada por parte de Inglaterra e França, fundamentalmente por duas razões. Desde logo porque a Espanha não era vista com qualquer interesse geoestratégico ao contrário de Portugal, que era considerado como “pilares essenciais de uma imensa ponte aérea e naval” (Telo, 1996, p.70), por outro lado, Espanha vivia num regime político ditatorial intolerável aos “olhos” dos países acima referidos.

Nesta altura Espanha começa a aperceber-se que está isolada e o único caminho que vê para sair desta situação é através de Portugal e do Pacto Ibérico. Espanha pressiona Portugal sob a rescisão do referido Pacto, caso Portugal aceite aderir à criação da NATO. Uma outra forma de pressionar Portugal é alegando que este não está a assumir compromissos previstos no Pacto Ibérico, e afirma mesmo, que a adesão de Portugal será um risco para a Espanha e, como os dois países têm obrigações de defesa mútua resultantes do Pacto Ibérico, a Península acabaria por ser envolvida numa guerra sem colher qualquer benefício (Telo, 1996). Por último e segundo Pereira (2006) Espanha obriga Portugal a uma consulta prévia sobre uma eventual entrada de Portugal na NATO. De

---

<sup>3</sup> Líder do governo espanhol.



realçar que perante a insistência do governo português em querer que Espanha fizesse parte da criação da NATO, fez com que Inglaterra e os EUA ainda ponderassem uma eventual inclusão de Espanha, porém França manifesta-se completamente contra tal pedido (Pereira, 2006).

Nesta altura os Embaixadores Portugueses desempenham um papel bastante relevante, na medida em que Marcello Mathias<sup>4</sup>, envia uma carta pessoal a Oliveira Salazar alertando que Portugal não deve ceder às exigências de Espanha e na sua opinião pessoal deve aderir ao Pacto do Atlântico. Enquanto isso Teotónio Pereira<sup>5</sup>, evita que os rumores de que Espanha está a desenvolver esforços no sentido de impedir a adesão de Portugal à NATO, cheguem ao conhecimento do governo americano.

Contudo Portugal aceita conversar com Espanha relativamente à sua adesão à NATO. Findas as conversações é elaborado um documento onde se destaca que o governo Português não só sempre defendeu a necessidade da admissão da Espanha no Pacto do Atlântico, como considera que a adesão de Portugal é vantajosa para os dois países (Pereira, 2006).

Espanha continuou a desenvolver esforços no sentido de impedir que Portugal aderisse à NATO, no entanto tal não se veio a verificar.

Portugal adere mesmo ao Pacto do Atlântico e Espanha, apesar das ameaças não rescinde com Portugal o Pacto Ibérico.

## **I. 5. A situação Inglesa**

Ainda antes da Segunda Guerra Mundial terminar e com o desequilíbrio que se vive no Continente Europeu, a Inglaterra sente que de facto já não é uma potência mundial como foi outrora e é a primeira a alertar para o perigo da expansão Soviética. A Inglaterra sabe que, de facto, para se conseguir fazer frente à União Soviética só será possível através de uma forte aliança. Para tal, era nesta altura imprescindível a presença dos EUA nessa mesma aliança, sendo essa a grande prioridade de Inglaterra, alertar os EUA do perigo Soviético (Telo, 1996).

A 21 de Janeiro de 1947, o governo Português apresenta a Inglaterra um pacto de defesa mútuo, onde se pede a Londres armamento e equipamento para poder reforçar as forças portuguesas para que estas possam intervir em caso de necessidade.

Isto demonstra que Portugal não tinha, nesta altura, consciência da situação em que Inglaterra se encontrava.

---

<sup>4</sup> Embaixador Português em França.

<sup>5</sup> Embaixador Português nos EUA.





O governo Britânico fica surpreso com tal pedido e embora não dê uma resposta negativa a Portugal, a verdade é que também não satisfaz o pedido. Inglaterra nesta altura está empenhada em “trazer os EUA para a defesa activa da Europa” (Telo, 1999, p. 50), através do Pacto de Bruxelas. De facto, Inglaterra não tem qualquer interesse em ficar “presa” a um plano de defesa com Portugal.

Por outro lado, o governo inglês sabe da importância estratégica de Portugal e fundamentalmente dos Açores. É urgente agora arranjar uma solução para esta situação. Inglaterra começa por incentivar Portugal à defesa e depois comunica que de facto não dispõe de armamento que possa disponibilizar para o equipamento das forças de Portugal, contudo tentará fornecer o armamento possível.

Relativamente ao plano de defesa permanente nada é dito por parte dos Ingleses. Os responsáveis portugueses entendem esta resposta como uma recusa (Telo, 1999).

Depois da “recusa” do Pacto de defesa proposto por Portugal, a Inglaterra volta a “não aceitar o projecto Francês de concentrar recursos na Europa Continental, procurando assim o renascimento do continente a partir do eixo Paris – Londres” (Telo, 1996, p. 30), ao mesmo tempo que previa a contenção da Alemanha e da União Soviética.

Uma vez mais a Inglaterra valoriza a aliança com os EUA para garantir a segurança da Europa e consequentemente a sua segurança. Por outro lado, e em oposição ao que a França pretendia, a Inglaterra defende a necessidade de um renascimento da Alemanha Ocidental, controlado pela aproximação dos EUA, ideia esta que é literalmente recusada pelo governo Francês.

Londres tem plena consciência de que é muito importante manter a sua influência na Península Ibérica, pois esta é considerada a ponte entre o Atlântico e o Mediterrâneo e pode ser mantida com poucos gastos.

A Inglaterra é ainda considerada o elo de ligação entre o regime ditatorial vivido na Península Ibérica e o democrático e liberal vivido na Europa Ocidental. De uma forma inteligente a Inglaterra apoia, ainda de que uma forma moderada, a ditadura vivida na península. Enquanto isso garante que a Espanha se mantém isolada, pois nenhum outro Estado aceita o Franquismo. A situação Portuguesa é vista de uma outra forma, pois segundo Telo (1996) o Salazarismo, ao contrário do Franquismo, é aceite pela opinião pública Europeia e Americana.

Esta foi a forma como a Inglaterra conseguiu manter a influência sobre a Península Ibérica sem grandes custos.



## I. 6. A visão Francesa

França, após o fim da Segunda Guerra Mundial, vive uma profunda divisão política, contudo há um desejo comum entre todos os franceses: “impedir o renascimento alemão” (Telo, 1996, p. 31). A explicação para tal desejo é simples de perceber, é que a França nos últimos anos tinha sido “massacrada” pelas invasões alemãs e não desejava que tal voltasse a acontecer. Uma outra razão, é que enquanto a Alemanha estivesse a viver na instabilidade, mais facilmente a França poderia recuperar quer a nível político, quer a nível social, mas fundamentalmente a nível económico pois esta encontrava-se completamente desfeita.

França, como forma de conseguir manter a Alemanha “controlada”, desenvolve um projecto inicial que previa a criação de um estado independente e pela divisão da restante Alemanha em zonas desmilitarizadas, sendo estas controladas pelos respectivos ocupantes (Telo, 1996). Os franceses conseguem com este projecto o apoio da Bélgica, Holanda e Luxemburgo, contudo sabem que é insuficiente pois é fundamental conseguir o apoio da Inglaterra. Mas, como já foi dito anteriormente, devido às dificuldades que a Inglaterra vivia nesta altura, era a sua preocupação “trazer” o apoio Americano para a Europa.

O governo francês avança então com um novo projecto, constituído fundamentalmente em torno do eixo Londres-Paris, onde se previa que França fosse o principal poder da Europa Ocidental e consequentemente a exclusão do crescimento da Alemanha a curto prazo.

A Inglaterra encontra-se, nesta altura, a desenvolver todos os esforços no sentido de atrair os EUA para a defesa do velho continente Europeu.

De facto, nem a Inglaterra nem os EUA aceitariam tal proposta, pois no seu entender, a França enfraquecida não dispõe de capacidades para preencher o vazio que existia na Europa Central.

Mais tarde e depois de se aperceber que nem a Inglaterra, nem os EUA apoiariam o seu projecto, a França modera a sua posição relativamente à Alemanha. De qualquer das formas, a França continua a defender a ocupação permanente da parte mais industrializada do território alemão, para além de uma outra zona que seria controlada pela ONU.

Nesta altura, os EUA não têm nenhuma posição tomada relativamente à Alemanha, o que leva, em certa medida, a Inglaterra a ter como possibilidade este projecto francês.

Todo este “*ping-pong*” entre França e Inglaterra leva a que os dois Estados assinem dois acordos que previam a possibilidade de uma colaboração para a reconstrução da Europa. Um dos acordos previa o apoio mútuo ao nível financeiro, enquanto que o outro centrava-se fundamentalmente num plano de defesa que ficou conhecido como o *Tratado de Dunquerque* assinado em Março de 1947 (Telo, 1996).

Podemos assim afirmar, em resumo, que a política francesa no Pós-Guerra assenta em dois pilares. Desde logo a criação de um eixo de defesa e reconstrução Paris-Londres, ao



mesmo tempo que tende a assegurar o não crescimento imediato da Alemanha através do seu controlo, pois em tão pouco tempo França sofreu fortes ataques alemães.

Por outro lado França, tal como Portugal e ao contrário de Londres, mantém algumas reservas em relação à necessidade da aproximação dos EUA para a reconstrução e defesa da Europa. Esta posição francesa em muito se deve à política dos EUA em relação às colónias.

Segundo o autor Telo (1996) com as divisões políticas internas e com a economia destruída que a França tem nesta altura, a concretização de qualquer grande projecto torna-se quase inalcançável.

### **I. 7. A perspectiva dos EUA**

Numa fase inicial, os EUA não dão grande importância aos sucessivos pedidos de ajuda por parte de Inglaterra, ao mesmo tempo que esta alertava para o perigo da União Soviética. Bem pelo contrário, a administração Americana vê estas iniciativas inglesas como “uma forma de prolongar artificialmente o poder britânico no Império” (Telo, 1996, p. 34). Até que a determinada altura os EUA começam a tomar consciência que, de facto, a presença da União Soviética na Europa Oriental, bem como o crescente domínio dos partidos comunistas estão a tornar-se numa ameaça e num desafio global.

As pressões soviéticas fazem-se sentir cada vez mais sobre os países que passaram a formar a Europa de Leste, sobre a Grécia em guerra civil, sobre a Turquia que havia mantido a neutralidade durante a guerra, sobre o Irão que tinha sido ocupado durante o conflito e sobre os países do Extremo Oriente, incluindo a aliada China, o que levou Truman<sup>6</sup> a proclamar a Doutrina de "Containment" em 12 de Março de 1947 (oito dias depois da assinatura do *Tratado de Dunquerque*) e, em 5 de Junho, a lançar o *Plano Marshall* para a reconstrução europeia (Sacchetti).

Como faz referência Adriano Moreira (2004), verificou-se ainda o Golpe de Praga, de 22 de Fevereiro de 1948 e o Bloqueio a Berlim em 24 de Julho de 1948. Também António Portugal (2005) faz alusão à descoberta da existência de posse de armas nucleares por parte da União Soviética, o que levou a que os EUA tivessem terminado, formalmente, com o seu isolamento (característica da sua política externa) e aceitassem de forma permanente que os seus interesses estratégicos dependiam agora da segurança Europeia.

Perante isto os EUA vêm-se “outra vez na necessidade de assegurarem a defesa própria colaborando na de outro continente, a primeira preocupação dos Estados Unidos foi garantir a protecção do seu hemisfério...” (Carvalho, 1953, p. 37).

---

<sup>6</sup> Presidente dos EUA.



Em suma, os EUA sentem a necessidade de rever a sua política relativamente à Europa que tinha sido prevista logo após o fim da Segunda Guerra, pois o falhado apoio dado pela Inglaterra à Grécia, o avanço comunista na China e as proporções da ameaça soviética “obrigam” os EUA a tomarem uma posição no seio da Europa.



## Capítulo II

### Análise Documental

#### II. 1. Primeiros desenvolvimentos para a criação da NATO

A 26 de Junho de 1945, poucas semanas após a capitulação da Alemanha, cinquenta representantes de outros tantos países assinaram a *Carta das Nações Unidas* na Califórnia. Ao contrário daquilo que se pensou ser o processo para a manutenção de uma paz duradoura o entendimento nunca existiu. Desde logo a União Soviética que para além da anexação dos países bálticos ainda durante a guerra, aproveitou a desordem que dominava toda a Europa e continuava agora a apoderar-se de países da Europa Central, isolando-se assim do Ocidente pela designada “cortina de ferro”.

Face a esta situação, que se agravava com o passar do tempo e com a impossibilidade de chegar a um acordo com a União Soviética fundamentalmente em relação ao desarmamento e o controle da produção e utilização da energia atómica, os EUA decidem criar o *Plano Marshall*. Este Plano foi criado em 1947 e baseava-se na assistência económica americana à Europa contra a miséria, o desespero e o caos, permitindo a reconstrução de uma Europa livre e evitar o que provavelmente seria a sua deslocação social e política para o comunismo.

Contudo, o problema não era apenas económico e político, pois a Rússia mantinha quatro milhões de homens em armas, organizava as forças armadas dos seus países satélites e mantinha as suas indústrias de guerra em plena produção (Araújo, 1960).

Os países da Europa Ocidental começam, de facto, a sentir que a União Soviética está a tornar-se numa grande potência e que a qualquer momento poderá surgir de novo um conflito armado que não é desejado por ninguém.

Nos primeiros dias do mês de Março de 1947, o Reino Unido e a França assinam o *Tratado de Dunquerque* que se opunha a uma nova agressão vinda da Alemanha. Contudo rapidamente se aperceberam que o perigo não surgia agora do lado alemão, mas sim da União Soviética. Um ano mais tarde, já com um âmbito mais lato, surge o *Tratado de Bruxelas* que é assinado pelos mesmos países do *Tratado de Dunquerque* em conjunto com os países do Benelux. Este tratado visa a defesa da Europa contra quaisquer agressões armadas.

Contudo, o clima é de insegurança, pois há a consciência de que nenhum Estado, ou mesmo uma coligação de vários Estados da Europa Ocidental tem capacidade de fazer frente ao poderio, cada vez maior, evidenciado pela União Soviética.

De facto há muito que a Inglaterra já se tinha apercebido do perigo Soviético, e é ela a alertar desse mesmo perigo. A Inglaterra sabe que, na realidade, é necessária a criação de uma aliança poderosa, com capacidade dissuasora para desencorajar a União Soviética a



um eventual avanço das suas tropas. Mas tal só será possível através do armamento nuclear, que embora só deva ser utilizado em último recurso, é sem sombra de dúvida o melhor meio de dissuasão e de demonstração de força. A Inglaterra sabe, uma vez mais, que neste momento quem tem o monopólio atómico são os EUA (Pereira, 2006).

Define-se agora claramente um novo quadro no que diz respeito à segurança atlântica e consequentemente o aumento do protagonismo da América neste contexto.

Salazar começa a pôr de parte as suas reservas em relação às reais intenções dos EUA. O primeiro sinal disso mesmo, é a assinatura do acordo bilateral de cooperação militar entre Portugal e os EUA, em Fevereiro de 1948, onde ficou institucionalizada o carácter de permanência da base aérea norte-americana no arquipélago dos Açores (Teixeira, 1996).

Em Junho de 1948, os EUA, Canadá, França, Inglaterra, Bélgica, Luxemburgo e Holanda dão início às negociações com o objectivo de criar um sistema de segurança no quadro do Atlântico norte: a futura Aliança Atlântica. Em Dezembro desse mesmo ano dão-se os primeiros contactos exploratórios com Portugal, tendo em vista uma possível inclusão (Teixeira, 1996).

As negociações que agora se iniciam nem sempre vão ser fáceis, em larga medida devido às exigências que alguns Estados faziam, nomeadamente França. Desde logo esta queria ter um papel central na direcção do futuro Pacto e insiste na prioridade do seu reequipamento. A França pretende ainda a inclusão da Itália, pois é uma forma de aproximar o Norte de África francês à Aliança. A Inglaterra é a primeira a manifestar o seu desacordo pois segundo Telo (1996, p. 60) “a defesa do Reno obrigava a usar todos os recursos pelo que não se pode estar a pensar ao mesmo tempo na defesa dos Alpes”.

Por outro lado os EUA queriam incluir a Grécia e a Turquia, mas neste caso é a França que se manifesta contra, pois esses Estados eram demasiado diferentes do ponto de vista cultural (Telo, 1996), o que poderia originar problemas internos na Aliança.

À eventual inclusão da Espanha, a resposta da Europa Ocidental seria negativa, colocando em risco a formação do Pacto do Atlântico. Facilmente se percebe esta posição, em especial do ponto de vista da França: “a Espanha era um forte candidato a uma substancial fatia da ajuda militar americana, pois a suas forças armadas tinham um equipamento perfeitamente obsoleto; a inclusão da Espanha obrigava ainda a que se fizessem planos para a defesa dos Pirinéus, coisa que a França nem sequer queria ouvir falar, pois tinha deixado claro que uma das condições da sua adesão era que os futuros planos eram para a defesa do Reno ou da Alemanha, e nunca de uma linha a oeste desse rio” (Telo, 1996, p. 61).

Após algumas cedências dos diferentes Estados até à chegada ao acordo, é altura de se alargarem os contactos no sentido de cobrir a zona periférica relativamente ao núcleo



central. Tornou-se assim num alto valor estratégico a inclusão da Itália (Sul da Europa), Noruega e Dinamarca (Norte da Europa).

De acordo com Carvalho (1953), nem todas as necessidades estão satisfeitas nesta altura, é importante proteger a ligação que, entre a eventual frente de combate e a rectaguarda, assegure à defesa reais condições para subsistir e triunfar. É neste contexto estratégico, que surge a necessidade de incluir a Islândia e Portugal.

“São os EUA que tomam a iniciativa de propor o convite a Portugal, apoiados pela Inglaterra” (Telo, 1999, p. 78), contudo este convite não foi aceite por unanimidade, pois a França uma vez mais, levantou algumas reservas, principalmente em relação ao regime político que se vivia em Portugal.

Esta é a situação que antecede a fase dos contactos com Portugal, que estivera completamente afastado das negociações até então.

## **II. 2. Os primeiros contactos com Portugal**

Como adianta Pereira (2006), foi nos primeiros dias do ano de 1948 que o MNE em Lisboa, teve conhecimento das negociações em curso, entre os países do Benelux, França e o Reino Unido, tendo em vista a criação de um tratado.

No dia 4 de Março, Domingos Palmela<sup>7</sup>, envia um telegrama para Portugal, onde é dado a conhecer a Lisboa a intenção do governo britânico em convidar Portugal para pertencer a esta União Ocidental (*Tratado de Bruxelas*).

Em meados do mês de Março, tanto a imprensa inglesa como a portuguesa, tornam público, o possível convite a Portugal e Itália para a adesão a este Pacto. Contudo, a administração Portuguesa não tem qualquer intenção em aderir a este tratado uma vez que ele, por si só, não dá qualquer credibilidade militar à defesa da Europa Ocidental. Do ponto de vista de Portugal, é absolutamente determinante a participação dos EUA na defesa da Europa Ocidental (Pereira, 2006).

Portugal tinha razão, e a confirmar isso mesmo, no dia 11 de Junho de 1948 dá-se o início das negociações entre os EUA, o Canadá, e os países do Pacto de Bruxelas com vista a uma participação mais directa dos EUA na defesa da Europa, num quadro agora menos continental mas sim, mais atlântico.

No dia 4 de Outubro de 1948 é entregue a Caeiro da Matta<sup>8</sup> por Sir Nigel Ronald<sup>9</sup>, um memorando onde estão resumidas as informações sobre as reuniões que se tinham vindo a desenrolar em Washington. Conforme Telo (1996) nesse memorando é manifestada a vontade de alargar os contactos a países como Portugal, Dinamarca, Noruega e Islândia.

---

<sup>7</sup> Embaixador de Portugal em Londres.

<sup>8</sup> Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Ver anexo C onde o Ministro assina o acordo.

<sup>9</sup> Embaixador de Inglaterra em Lisboa.





Este contacto, não tem como objectivo obter uma decisão de Lisboa, mas sim, a forma encontrada de “tomar o pulso” à administração portuguesa e de se obter uma primeira impressão relativamente ao desejo de Portugal, em querer ou não, aderir àquele que viria a ser o Pacto do Atlântico.

Este foi o primeiro contacto efectuado com Portugal, através de uma estratégia muito bem estudada entre EUA, que se mantinha em segundo plano, e a Inglaterra que efectuava todas as diligências necessárias, pois possuía uma Aliança com Portugal.

Segundo Telo (1996) Caeiro da Matta não dá muita importância a este contacto, pelo que nem dá a conhecer o conteúdo deste memorando às entidades competentes.

Algumas semanas depois, um diplomata britânico questiona António de Faria, Secretário-Geral do MNE, sobre qual a posição de Portugal, mas este nada sabe. Chegado a Portugal, António de Faria esclarece o assunto e é então que tem conhecimento do que se passara.

António de Faria era um grande diplomata, com uma larga experiência adquirida em Londres durante a guerra, o que lhe permitia ter uma perspectiva bem diferente da dos restantes políticos em Portugal em matéria de políticas do Atlântico. Embora António de Faria desempenha-se o cargo de Secretário-Geral do MNE em 1948, na realidade cumpria funções muito mais vastas. Era uma pessoa em quem Oliveira Salazar depositava extrema confiança e onde este se apoiava para os assuntos de grande relevo, essencialmente ao nível da política externa, como era o caso. Como prova da sua competência, António de Faria ficou encarregue de dar o seu parecer relativamente ao memorando entregue pelo diplomata britânico a Caeiro da Matta.

Contudo, antes de António de Faria se pronunciar, é publicado a 31 de Outubro de 1948, no *Diário de Notícias*, uma nota oficial do MNE onde se considera, com cepticismo, uma eventual adesão de Portugal ao *Tratado de Bruxelas*. A aliança com o Reino Unido, e as facilidades concedidas aos EUA tornavam irrelevante, em termos práticos, uma adesão de Portugal ao Pacto Ocidental (Pereira, 2006).

Como facilmente se percebe esta notícia, muito provavelmente escrita por Oliveira Salazar, tinha um segundo sentido, pois ninguém tinha pedido a Portugal a sua opinião relativo ao *Pacto de Bruxelas*, mas sim a opinião sobre a futura NATO. Esta nota publicada funcionou, de certa forma, como uma resposta, ainda que indirecta, quanto ao pedido de opinião em relação ao eventual interesse de Portugal integrar aquela que viria a ser a NATO.

Logo que se apercebem do sucedido, os embaixadores dos EUA e do Reino Unido interpelam o Ministro Caeiro da Matta se esta seria uma resposta ao memorando entregue por Sir Nigel Ronald.

O Ministro português nega peremptoriamente tal relação, mas aproveita a oportunidade para, desde logo, revelar que o governo português não vê com “bons olhos” a ideia da criação de um Pacto de segurança do Atlântico Norte sem a inclusão da vizinha Espanha.





De facto, esta era a opinião de Oliveira Salazar, enquanto que Caeiro da Matta limitava-se a transmiti-la embora de uma forma pouco subtil. Ao contrário de Salazar que mantendo esta opinião, deixava sempre uma margem de manobra nas suas declarações, o que viria a ser muito útil (Telo, 1996).

Tanto a Inglaterra como os EUA estavam dispostos a satisfazer o desejo de Portugal, incluir Espanha no Pacto do Atlântico. Contudo, existiam três razões fundamentais que viriam a tornar impossível a inclusão da Espanha. Desde logo, o facto da Espanha viver num regime político ditatorial, que era intolerável sob o ponto de vista das democracias ocidentais que ainda tinham uma imagem negativa do regime de Franco. Por outro lado, o facto de Espanha integrar a OTAN, na prática traduzia-se num maior número de países com quem se teria de fazer a divisão do armamento fornecido pelos americanos, numa altura em que Espanha tem um armamento bastante obsoleto. Finalmente, e não menos importante era o facto da inclusão da Espanha, poderia surgir a ideia de defender a Europa nos Pirinéus, quando a ideia era defender a Europa na Alemanha e no Rio Reno<sup>10</sup>, o que representava que grande parte dos países da NATO já estariam ocupados, como França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo ou Itália. A Inglaterra e os EUA sabiam disto e não queriam pôr em causa o acordo de base da OTAN (Telo, 1999).

Como nos diz Pereira (2006) a ideia do convite a Portugal para aderir ao Pacto do Atlântico ganha cada vez mais peso, pois era necessário associar ao Pacto, por razões estratégicas, um país do Sudoeste da Europa, bem como países nórdicos que tivessem ilhas e territórios no Atlântico Norte a servirem de bases estratégicas.

Contudo, o governo português, não tem nenhuma urgência em tomar uma posição, afirma Salazar numa entrevista para um conhecido jornal britânico (*New York Times*), publicado em 20 de Novembro de 1948. Salazar diz que Portugal, pelo facto de possuir uma aliança com Inglaterra, faz parte da NATO por inerência (Telo, 1996).

António de Faria, dá então o seu parecer, quanto ao memorando entregue pelo diplomata britânico, onde de uma forma muito inteligente expressa a sua opinião e vontade de que Portugal venha a aderir à NATO, ao contrário daquele que parecia ser o desejo de Oliveira Salazar.

António de Faria acerta em cheio nos grandes receios de Oliveira Salazar. Alerta, desde logo que o “Pacto do Atlântico está despido de preconceitos ideológicos” (Telo, 1996, p. 66), contudo são inegáveis os perigos inerentes à adesão de Portugal, nomeadamente na questão da criação de possíveis bases americanas no território português, que embora já esteja autorizada, a sua utilização é muito limitada. Na opinião de António de Faria, a resposta a esta situação é muito simples, basta transmitir que, quanto a esta matéria

---

<sup>10</sup> Ver anexo H.



Portugal não poderá fazer mais do que já fizera no Acordo dos Açores, e que em última análise dependerá sempre do governo português.

António de Faria aborda ainda a questão espanhola de uma forma muito clara: de facto a Espanha tem grande vontade em aderir ao Pacto do Atlântico, mas caso não o consiga, tem todo o interesse que Portugal também não adira. Dessa forma Espanha mostrará ao mundo que existe uma identidade comum na Península Ibérica, o que não interessa de modo algum a Portugal. António de Faria diz ainda que Portugal poderá tentar, perante os restantes Estados, a inclusão da Espanha, alertando que “se a situação internacional continuar a agravar-se, a Espanha acabará por entrar na Organização, pelo que seria preferível que entrasse com a ajuda de Portugal do que antes ou independentemente de Portugal” (Pereira, 2006, p. 283).

De opinião contrária a António de Faria, parece ser o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Caeiro da Matta, pois num documento redigido por si, revela que de facto era importante a existência de um instrumento diplomático, de carácter defensivo, coisa que a NATO não era. Caeiro da Matta alerta para o facto de o Pacto poder ter “escondida” a ideia de fusão política e económica e que deve ser excluída qualquer possibilidade de criação de bases americanas em território português. Por último, o Ministro diz ainda que não é possível um sistema defensivo eficaz sem a inclusão de Espanha.

Em resumo, pode dizer-se que a administração portuguesa encontra-se dividida, e que embora no geral focassem os mesmos pontos, as perspectivas e as formas de abordar esses mesmos pontos eram completamente diferentes.

Por um lado, António de Faria mostrava-se de acordo com a adesão de Portugal à NATO, mostrando que esta era uma oportunidade única de Portugal se aproximar aos EUA e aos organismos internacionais do sistema defensivo ocidental em formação. Em oposição, Caeiro da Matta, embora nunca afirma-se claramente que Portugal não deveria aderir à NATO, facilmente se percebe pelo seu discurso que essa era a sua opinião, pois ele defende as ligações coloniais em África e os regimes vividos na Península Ibérica, receando a aproximação aos EUA, defendendo sempre a manutenção de um bloco Ibérico (Telo, 1996).

Estes eram apenas dois exemplos do que na realidade se vivia no interior da administração portuguesa, uma profunda indecisão. As reservas do governo português tomam maiores proporções quando é o próprio Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, a levantar as questões mais problemáticas.

Portugal demora um grande período de tempo até tomar uma posição oficial. Tal facto deve-se, em larga medida, às eleições presidenciais em curso. O silêncio mantido por Portugal é precisamente numa altura em que se ultimam as negociações e o texto final do Pacto em Washington.



Assim, só a 8 de Março de 1949 a administração portuguesa toma a sua posição oficial através de um documento, onde em larga medida se voltam a apresentar argumentos antigos.

Neste documento, Portugal não toma uma posição clara no que respeita ao seu interesse na adesão, antes pelo contrário, são levantadas quatro questões de fundo que nos levam a concluir que Portugal, nesta altura, não estava de acordo com a adesão, sendo elas: A duração do Tratado, pois considera que a duração prevista de vinte anos é excessiva; A integração de Espanha, pois a Península Ibérica é uma unidade geográfica e estratégica, pelo que se pretendia a integração de Espanha nos países fundadores da NATO; O problema dos territórios coloniais, são pretendidos mais esclarecimentos relativos a esta matéria; Por último, Portugal sugere ainda a garantia da integridade territorial dos países aderentes, sendo esta uma forma indirecta de abarcar a defesa das colónias (Telo, 1996).

### **II. 3. Do convite à tomada de decisão**

No dia 17 de Março de 1949, surgiu o convite formal a Portugal para a adesão ao Pacto do Atlântico, tendo sido entregue pelo Embaixador dos EUA, ao Ministro Caeiro da Matta. Juntamente ao convite foi entregue o texto do Tratado aprovado a 8 de Março de 1949, bem como a resposta às questões anteriormente colocadas pelo governo português.

Relativamente ao problema levantado em relação à duração do Tratado, a resposta é muito clara e simples, o prazo de vinte anos foi do acordo geral, tendo inclusive alguns Estados manifestado o desejo de que o acordo fosse de cinquenta anos, mas tal foi recusado pelos EUA, sendo então nesta altura era completamente impossível qualquer alteração dos prazos previstos. Esta duração demonstra claramente que esta “é uma associação a longo prazo pela paz e segurança e não simplesmente uma aliança efémera contra a União Soviética” (Pereira, 2006, p. 211).

No que toca à questão de Espanha, os EUA manifestam que a adesão de Portugal à NATO não é incompatível, com o Pacto Ibérico existente entre Portugal e Espanha.

No que diz respeito às colónias portuguesas ficou assegurado que era obrigatória uma consulta, sempre que solicitado por um Estado-membro.

Em resposta à última questão levantada por Portugal é assegurado que nenhum país será obrigado a ceder o seu território para fins militares sem o seu prévio consentimento.

Após terem sido dadas respostas às questões inicialmente levantadas por Portugal, ainda não havia uma decisão tomada. Por intermédio de um telegrama, Caeiro da Matta informa Teotónio Pereira que Portugal apenas aderirá caso o prazo seja reduzido para dez e não vinte anos. Teotónio Pereira responde de imediato, dizendo que nesta fase já não há qualquer tipo de possibilidade de entrar em negociações ou fazer exigências. A decisão



nesta altura passa por Portugal dizer *sim* ou *não* à sua adesão. Acrescenta ainda que caso Lisboa opte por não integrar a NATO, será desperdiçada uma oportunidade única de Portugal integrar o sistema ocidental e fica-se condenada à marginalidade, sem acesso ao multifacetado apoio dos membros da OTAN (Telo, 1999).

Perante esta indecisão da administração portuguesa, surgem várias mensagens pessoais dirigidas fundamentalmente a Oliveira Salazar (Teixeira, 1999).

Bevin, diplomata inglês, apercebe-se e chama perante si Palmela e faz um apelo pessoal para que Portugal seja membro fundador do Pacto do Atlântico. Também Sir Nigel Ronald, mantém conversações com António de Faria uma vez mais com o intuito de convencer o governo português a aceitar o convite. Por fim, o Embaixador MacVeagh<sup>11</sup> entrega a Salazar uma mensagem pessoal do Secretário de Estado dos EUA onde mantendo as posições anteriores, justifica o porquê do período de vigência de vinte anos do Pacto. Terminando uma vez mais com um apelo pessoal directamente a Salazar (Telo, 1996).

Entre 19 e 23 de Março de 1949, realizam-se três reuniões de Conselho de Ministros em Portugal, tendo em vista a discussão da adesão à NATO.

“Apesar das reservas de Salazar e da divisão interna do próprio executivo, a capacidade de alternativa portuguesa é muito reduzida: num mundo bipolar, quando estavam em negociações várias adesões, uma recusa portuguesa poderia influenciar outras recusas, o que abriria uma fractura no seio do ocidente, o que só favorecia a URSS” (Teixeira, 1996, p. 76). Para além disso, uma recusa portuguesa poderia ainda ser interpretada como um sinal de fraqueza e cedência perante a Espanha Franquista.

Em suma, como nos refere Teixeira (1995) a margem de manobra da política externa portuguesa era pequena e a capacidade de alternativa quase nula, Portugal decide aderir.

Caeiro da Matta desloca-se aos EUA, acompanhado pelo Embaixador Português António de Faria, para no dia 4 de Abril de 1949 assinar formalmente o Tratado do Atlântico Norte, não sem antes cometer a *gaffe* de levantar a questão da compatibilidade entre o Pacto Ibérico e o Pacto do Atlântico, bem como a integração de Espanha. Portugal tinha assumido o compromisso, perante Espanha, de logo que fosse possível efectuar essa posição. António de Faria, em contactos de bastidores com os Anglo-americanos chegam à conclusão que a cerimónia não seria a altura ideal para tal declaração, coisa que Caeiro da Matta pareceu não concordar, o que veio de certa forma atestar uma vez mais a sua pouca apetência para estas questões.

Dean Acheson apercebe-se e afirma prontamente que Inglaterra e EUA já concordaram que não havia incompatibilidade.

No dia 4 de Abril de 1949, todos os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países fundadores estão em Washington para assinarem formalmente a criação da Organização do

---

<sup>11</sup> Embaixador dos EUA em Portugal.



Tratado do Atlântico Norte. Este Pacto foi assinado por doze países, sendo eles: Portugal, França, Inglaterra, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca, Islândia, Noruega, Canadá e EUA, tendo entrado formalmente em vigor a 24 de Agosto de 1949, após rectificação dos respectivos governos.



## Capítulo III

### Análise Crítica

#### III. 1. A entrada de Portugal na NATO

Com o fim da Primeira Guerra Mundial e a crescente ameaça da União Soviética, surge a necessidade de uma vez mais aludir aos EUA, no sentido de garantir a defesa do Continente Europeu. Esta era uma potência emergente que demonstrava ter capacidade para fazer frente ao poderio Soviético e que já por duas vezes no século XX tinha vindo auxiliar a derrotar os invasores.

Após um longo processo de negociações, que levou alguns anos, surgiu então a NATO. Esta Aliança é uma Organização Internacional de domínio político-militar (Guedes, 2005), o que vinha em certa medida complementar o *Plano Marshall* que visava fundamentalmente o plano político-económico. O objectivo da NATO era constituir uma frente que se opusesse ao bloco comunista e consequentemente ao possível avanço da União Soviética, tendo os Estados-Membros da Aliança assumido o compromisso de cooperação estratégica em tempo de paz e o auxílio mútuo em caso de ataque a qualquer Estado-Membro.

Ao contrário do que se possa pensar, a Aliança Atlântica não se consubstanciou numa subordinação total, dos diferentes centros com ambições próprias, na Europa Ocidental à estratégia dos EUA. O segredo da sua força reside aí mesmo, na sua ampla flexibilidade. No documento que cria a NATO, pode interpretar-se como não existindo qualquer compromisso assumido, para além de se efectuarem umas quantas reuniões (Telo, 1996). A Organização funciona como uma plataforma de apoio que não implica, por si só nenhuma subordinação formal, mas onde tudo depende de uma conjuntura que se encara, podendo-se seguramente afirmar que é aí que reside a sua grande força.

Foi, sem dúvida, um complexo processo negocial aquele que acabou por dar origem à NATO. Isto deveu-se, em larga medida, ao número significativo de países signatários da Aliança, pois como facilmente se compreende e embora todos tivessem um “grande” objectivo comum, cada Estado olhava um pouco para os seus próprios interesses.

Para que tivessem chegado a um acordo, muitas das vezes foram necessárias cedências de parte a parte, entre os Estados. Foi o que tiveram de fazer, nomeadamente a França, que se manifestou contra a entrada de Portugal e também o Canadá que a determinada altura manifestou algumas reticências face à vontade imposta pelos EUA.

Importa então perceber o que levou os EUA a serem tão intransigentes no que diz respeito à inclusão de Portugal nos países convidados.

O facto de Portugal ter-se mantido neutro na Segunda Guerra Mundial e de ter estado afastado do reordenamento internacional no pós-guerra e fundamentalmente o facto de Portugal manter um regime político autoritário quando a NATO tinha como suporte basilar os



princípios da democracia, das liberdades individuais e do respeito pelo direito, poderia levar-nos a pensar quais teriam sido os fortes argumentos dos EUA.

Com certeza que não estaremos a faltar à verdade se afirmarmos que a esmagadora maioria dos historiadores e especialistas nestas matérias estão de acordo que tal facto se deve à natureza geopolítica e geoestratégica de Portugal em geral, e dos Açores em particular.

No contexto da Guerra-fria, podemos perceber a importância dos Açores no novo sistema de defesa e segurança Europeu. Este sistema, como nos diz Teixeira (1999), concebido para fazer frente a uma crescente ameaça Soviética assentava basicamente em dois pilares, sendo desde logo o Continente Europeu, considerado a linha da frente e de defesa imediata baseada nos países do *Tratado de Bruxelas*. O outro pilar era o Continente Norte-Americano, constituído pelos EUA e o Canadá, donde provinha todo o potencial estratégico-militar dos EUA, funcionando como a retaguarda e garantia de todo o sistema de defesa.

É sem dúvida na união destes dois pilares estratégicos que a inclusão de Portugal faz todo o sentido, pois só assim é que todo o sistema poderia funcionar correctamente, tornando-se Portugal no elo de ligação entre a frente e a retaguarda.

Foi esta a razão que no essencial levou os EUA a incluir Portugal no rol de países a convidar à adesão na Aliança Atlântica, pois as ilhas dos Açores situadas no Oceano Atlântico conferiam um elevado valor estratégico. Os Açores foram importantes na Primeira Guerra Mundial, decisiva na Segunda e era agora indispensável no contexto da Guerra-fria. Como prova da importância dos Açores para os EUA é o acordo bilateral, entre Portugal e os EUA, para a utilização da base dos Açores.

Agora com a NATO, a importância desta base toma ainda maior relevo, pois num quadro multilateral e face ao eventual ataque vindo de Leste, o auxílio vindo do outro lado do Atlântico passará forçosamente pelos Açores.

Assim na nossa opinião, e não fugindo à regra, a verdadeira **razão do convite** a Portugal para fazer parte da NATO é de índole **geopolítica e geoestratégica**.

Logo que surgiu o convite a Portugal a divisão de opiniões no seio do governo português foi bem visível.

Contudo, a posição inicialmente tomada por Lisboa é de fortes reservas em relação à entrada na NATO, levantando diversas questões, onde estava bem patente o medo da perda da soberania e do desmoronamento do regime. As reservas de Portugal são manifestadas através de um documento onde é transmitida a ideia de que um sistema defensivo Europeu nunca seria eficaz sem a presença de Espanha; onde se teme e se exclui a ideia de uma eventual criação de bases americanas em território Português; onde se repudia a ideia de uma eventual fusão económica ou política; onde se considera





excessivo o longo período de vinte anos de vigência do Tratado, receando ver-se envolvido num conflito armado depois da neutralidade conseguida na Segunda Guerra Mundial.

No entanto, está esclarecido no documento que esta posição inicialmente tomada por Portugal é provisória, “não comprometendo, por isso, a decisão que venha a ser tomada em momento oportuno” (Pereira, 2006, p. 285). O que viria a dar muito jeito.

No que diz respeito à aceitação do convite a que Portugal foi sujeito, as opiniões muitas das vezes não reúnem um consenso geral.

Basta aludir ao longo processo de política externa portuguesa que levou à tomada de decisão de aderir à NATO, para se perceber que não terá sido apenas um ou outro o factor que levou aquela decisão, mas sim um conjunto de factores.

É importante referir que em momento algum, durante todo o processo de conversações, foi posto em causa o regime político ditatorial vigente em Portugal, nem estabelecida qualquer condição em relação ao futuro do regime. Isto mostrava, desde logo, o alto valor estratégico de Portugal. A NATO assentava em princípios da democracia o que em muito contrastava com os princípios autoritários do Estado Novo.

Na verdade quando Portugal foi convidado a fazer parte da fundação da NATO, Salazar encarou a proposta com grande desconfiança e bastantes reservas, colocando inteligentemente alguns entraves, o que lhe permitira ganhar algum tempo para desenvolver todo o processo decisório. Reservas essas que se consubstanciavam no prazo, de vinte anos, que no ponto de vista de Salazar era excessivo; a questão espanhola, onde Salazar defendia a unidade estratégica da Península Ibérica, querendo com isto a inclusão de Espanha; e finalmente Salazar pretendia a inclusão da defesa e segurança das colónias.

Todas as pretensões haveriam de ser recusadas, pois nenhuma afectava directamente as grandes potências.

A partir desta altura Portugal sentiu fortes pressões em sentidos opostos, por um lado os EUA e também Inglaterra pressionam Lisboa a aderir ao Pacto, chegando alguns diplomatas a fazerem apelos pessoais. Por outro lado Espanha invocando o Pacto Ibérico pressiona Portugal no sentido de não aderir à Aliança Atlântica.

O governo português acaba por se sentir “entre a espada e a parede”, tendo a necessidade de efectuar algumas reuniões de Conselho de Ministros entre, os dias 19 e 23 de Março, para que se chegasse a uma decisão. Foi a partir destas reuniões que Portugal tomou a posição de fazer parte do grupo de países fundadores da NATO.

Existem várias teorias em relação a quais foram os factores que efectivamente levaram a que o governo português tenha optado por aderir ao Pacto.

No ponto de vista de Carvalho (1953), expresso no seu livro publicado nos anos cinquenta, o principal factor que levou a que Portugal tivesse aderido foi por questões geopolíticas e geoestratégicas: pois a crescente ameaça da União Soviética impunha a criação de uma





aliança, e a NATO era a resposta a essa imposição. A posição geográfica de Portugal era fundamental em caso de conflito para que fosse dada uma resposta eficaz por parte da Aliança, e Portugal sabia disso.

Assim a conjuntura particularmente grave da Guerra-fria deixava como saída única a Portugal a adesão à aliança, e não simplesmente um acordo bilateral com os EUA.

Teixeira (1995) refere que também Albano Nogueira analisou a questão da aceitação do convite por parte de Portugal, e na sua perspectiva tal facto deveu-se, em resumo, à natureza política mas, sobretudo, à natureza ideológica e moral. Era pois, para Salazar um imperativo ético o combate ao comunismo em defesa da civilização ocidental e cristã.

Ainda aludindo à mesma questão Teixeira (1995) faz referência a José Medeiros Ferreira, em que para este o que teve maior peso na decisão de Salazar foi o facto de, uma inclusão de Portugal e uma exclusão de Espanha da Aliança Atlântica, colocar Lisboa numa posição privilegiada de interlocutor num quadro extrapeninsular. Na opinião de José Medeiros Ferreira foi uma questão de política externa o principal factor que levou Portugal a aderir à NATO.

Também o próprio Teixeira (1999, p. 805) se debruçou acerca desta questão, manifestando que o que levou Portugal a aderir à NATO foi o facto de “a margem de manobra da política externa portuguesa era pequena e a capacidade de alternativa quase nula.”

Pereira (2006) apresenta um exaustivo discurso acerca dos fundamentos que levaram o governo a aceitar a adesão, não tendo sido na sua opinião apenas um, mas sim um conjunto de factores que levaram o governo português a tomar essa decisão.

Desde logo como salienta Pereira (2006) o facto do regime político português nunca ter sido posto em causa durante todo o processo negocial. Outro factor que pesou muito favoravelmente foi o facto do Tratado não prever uma perda da soberania nacional, não estando prevista qualquer estrutura supranacional na Europa como inicialmente se receava. Tal como não existia a obrigação expressa de um Estado entrar em guerra caso outro Estado membro fosse atacado, ou seja, o governo de cada Estado continuava a ter o poder de decisão.

O governo português também tinha a consciência de que uma recusa em participar no Pacto implicava a marginalização do país e um descontentamento por parte das maiores potências ocidentais, o que poderia trazer por arrasto consequências económicas desfavoráveis para o país. Portugal estava carente de apoio económico e financeiro dos EUA, e uma recusa de Portugal à entrada na NATO, poderia pôr em causa esses mesmos apoios financeiros. Esta foi, inclusivamente, uma questão levantada num dos três Conselhos de Ministros, com vista à decisão, pelo Ministro das Finanças Costa Leite (Pereira, 2006).

Pereira (2006) também considera que questões militares influenciaram Salazar na decisão, na medida em que tudo indicava para que a ameaça soviética estava para durar, o que



obrigava a tomar uma posição, pois tratava-se de uma ameaça global. Em caso de conflito, muito provavelmente não se respeitariam neutralidades e Portugal, sendo um pequeno país com um escasso recurso bélico seria com certeza um país arrastado para a Guerra, sem capacidade de resposta. Nesta situação seria pior não pertencer à Aliança, pois não tinha quem lhe prestasse apoio militar.

Na opinião de Telo há duas questões de fundo que levam a que Salazar, e apesar das suas reservas, ceda e acabe por aceitar aderir à NATO. Desde logo “uma aproximação política com os EUA, coisa que o regime não conseguiu nas negociações sobre os Açores; a ajuda para concretizar a política de defesa que o regime prossegue desde 1935” (Telo, 1996, p. 83).

A adesão à NATO, era então considerado um “mal necessário”, tendo levado muitas vezes o regime a hesitar antes de tomar a posição final. Os próprios membros do governo estavam divididos nas suas opiniões, onde muitas vezes, o Presidente do Conselho representava o expoente máximo dessa indecisão.

Tendo em atenção a opinião e a análise que se fez sobre os diferentes historiadores e especialistas desta matéria pode-se considerar que não foi apenas um ou dois factores que levaram o governo português a tomar a decisão final. Na nossa opinião foi, sem dúvida, todo um conjunto de factores que levaram o governo português, nomeadamente Salazar, a aderir à NATO. É certo que houve factores que pesaram mais do que outros e desse ponto de vista, consideramos que existiram dois factores essenciais, que levaram Portugal a aceitar o convite: desde logo o facto do governo português nunca ter sido confrontado de uma eventual incompatibilidade entre o Pacto e o regime político vivido em Portugal durante todo o processo negocial. A prova de que o regime vivido em Portugal era secundário, fundamentalmente para os EUA, foi a frase que o Senador Conally proferiu em determinada altura, quando se colocou em causa o auxílio militar que estava a ser dado a Portugal, devido à existência do regime político ditatorial em Portugal: “Não sei a quantidade de democracia que há em Portugal, mas sei que têm os Açores, o que não será nenhum inconveniente para nós em caso de guerra” (Telo, 1996, p. 91).

Um outro factor que, do nosso ponto de vista, terá sido determinante foi o apoio económico, financeiro e militar que estava previsto ser dado pelos EUA.

Do ponto de vista económico e financeiro, Portugal estava cada vez mais a precisar de apoios, embora no final da Segunda Guerra Mundial, Portugal tivesse os seus cofres com boas reservas de ouro, nesta altura estava em queda, tendo visto desaparecer parte significativa dessas mesmas reservas. Havia agora forma de garantir os apoios financeiros através da aproximação dos EUA, contudo não menos importante era o apoio militar esperado, com a eventual adesão à NATO, vindo dos EUA.



É precisamente no sentido do rearmamento que Santos Costa, Ministro da Guerra e um dos mais influentes responsáveis do regime, defende a adesão, pois vê nela a forma de finalmente concretizar os planos de rearmamento aprovados.

A decisão final, foi o resultado de uma lenta e progressiva “guerra”, onde foi necessário ultrapassar diversas “batalhas”, levando assim o governo a ter consciência de que este era o rumo certo tendo em atenção um contexto internacional extremamente perigoso para a Europa e para o Mundo.

Após a decisão de Portugal aderir à NATO, Oliveira Salazar diz no seu discurso, na Assembleia Nacional, uma frase bem elucidativa de como os argumentos apresentados pelos defensores à adesão eram extremamente fortes: “Pareceu difícil em tais circunstâncias estarmos ausentes” (Pereira, 2006, p.366).

Também o Ministro português, Caeiro da Matta proferiu uma frase, aquando da assinatura<sup>12</sup> do Tratado, que dá a conhecer o grau de importância que o governo português dá agora a esta Organização: “ O meu país acedendo ao convite que lhe foi feito para tomar lugar entre as nações participantes, originárias, do Pacto do Atlântico Norte, não atendeu – posso bem afirmá-lo – ao aspecto exclusivo da sua própria segurança: fê-lo talvez mais ainda pelo reconhecimento da necessidade de trazer a sua cooperação a este grande empreendimento...” (Carvalho, 1953, p. 41).

Em suma, podemos dizer que a margem de manobra do governo de Oliveira Salazar era bastante reduzida e que as alternativas eram praticamente nulas. Ao fim de três dias de reuniões de Conselho de Ministros, Lisboa decide aderir ao Pacto do Atlântico, não porque fosse uma convicção ou um desejo, mas sim uma necessidade.

Importa também perceber porque é que Portugal defendeu, até ao último momento, a entrada de Espanha no Pacto.

Esta foi uma questão que esteve presente desde o início do processo relativo ao Pacto do Atlântico, mesmo ainda antes do convite a Portugal. Os EUA sabiam que em caso de uma ofensiva Soviética, a Espanha com as suas bases, poderia ser útil numa fase inicial do conflito, essencialmente para os seus bombardeiros. Contudo, Portugal dispunha de uma posição fundamental e estratégica para os EUA, pois os Açores permitiam a ponte aérea e naval entre os dois continentes.

Os EUA nunca propuseram a entrada de Espanha no Pacto, pois sabiam que tal provocaria uma forte reacção negativa por parte dos restantes aliados, sobretudo por três razões. Desde logo devido ao regime Franquista, que ao contrário do português, não era tolerado. Por outro lado, havia o medo de que fosse elaborado um plano de defesa nos Pirinéus, o que em termos práticos se traduzia numa invasão fácil da União Soviética de grande parte dos países membros. Por fim, mas não menos importante era o facto que quantos mais

---

<sup>12</sup> Ver anexo E.



países fizessem parte da Organização, menos apoio militar recebia, cada um dos membros da Aliança, vindo dos EUA.

Segundo Pereira (2006), para Lisboa a participação de Espanha na defesa da Europa Ocidental era crucial, pois considerava que a Península Ibérica era uma unidade geográfica e estratégica, não sendo possível, sem a presença desta, construir um sistema defensivo eficaz dos países do Atlântico.

Telo (1996) abordou também esta questão, centrando-se porém sobre o factor político. Considera, em resumo, que para Lisboa, os regimes da Península Ibérica estavam “umbilicalmente” ligados, pelo que, defender o Franquismo traduzia-se, na prática, na defesa do Estado Novo, na defesa de Portugal.

Na visão da administração portuguesa, a Europa encontrava-se “inundada pela confusão” do socialismo e liberalismo, regimes com os quais não se identificava. Ao contrário dos regimes vigentes na Península Ibérica, que eram considerados como um dos poucos regimes que defendiam os valores tradicionais do Ocidente (Telo, 1996).

Estes dois autores apresentam duas perspectivas diferentes. A primeira virada para a geoestratégica, enquanto que a segunda aponta para razões políticas.

Analisando as teses dos dois autores acima referidos, podemos afirmar que a primeira vem, de certa forma, complementar a segunda. Como se pode compreender, numa altura em que o liberalismo e as democracias dominavam a Europa, era preocupação dominante do Estado Novo que o regime nunca fosse posto em causa. A melhor forma de o fazer era unir-se com os regimes semelhantes, que era o caso de Espanha.

Por outras palavras e de forma sucinta, Portugal pretende a integração de Espanha, pois vê nela a forma de segurar e preservar o seu regime político, pois sabe que o fracasso de um traduzir-se-á na queda do outro.

### **III. 2. A perspectiva política**

O processo que levou à adesão de Portugal à NATO, foi longo e complexo, tendo participado nele um elevado número de entidades. As ideias e opiniões muitas das vezes eram divergentes, o que tornava cada vez mais difícil a chegada a uma decisão. Foram então necessários três dias de reuniões intensas para que os defensores da adesão conseguissem “convencer” Oliveira Salazar, Presidente do Conselho, a dizer *Sim* à NATO.

A indecisão e as divisões do governo português fizeram-se sentir ainda muito antes do convite formal a Portugal para a adesão.

No princípio do mês de Outubro de 1948 é entregue a Caeiro da Matta, que desempenhava o importante cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, um memorando cujas grandes finalidades são, por um lado dar a conhecer a Portugal o conteúdo de um conjunto de



reuniões que estavam a decorrer em Washington e por outro lado, ainda mais importante, saber a opinião de Portugal relativamente a essas mesmas reuniões e às matérias em questão.

Caeiro da Matta não dá grande importância ao memorando. Só quando o governo português toma conhecimento, ainda que por outros meios, da existência desse memorando é que Caeiro da Matta se manifesta. O Ministro acaba por enveredar pelo caminho mais fácil, mantendo-se sempre de acordo com o pensamento de Salazar, transmitindo as ideias deste, com a agravante de ser pouco subtil nas suas intervenções. Segundo António José Telo, Caeiro da Matta não chega a dizer claramente que era contra a adesão de Portugal ao Pacto do Atlântico, “mas é essa a conclusão lógica da sua posição” (1996, p. 67).

Já Franco Nogueira tem opinião contrária, pois afirma que “Caeiro da Matta apoia a assinatura sem hesitações” (1980, p. 143).

Oliveira Salazar apercebe-se que a escolha de Caeiro da Matta para Ministro dos Negócios Estrangeiros fora uma decisão pouco acertada. Como forma de contornar essa situação, o Presidente do Conselho, acaba por passar por “cima” do Ministro e apoiar-se noutros diplomatas, da sua confiança, para a resolução de assuntos com maior relevo. Foi o que aconteceu no processo que levou Portugal a aderir à NATO, onde Oliveira Salazar se apoiou em António de Faria para as tomadas de decisão e onde Caeiro da Matta funcionava muitas vezes como seu porta-voz.

Uma vez mais Caeiro da Matta prova a sua pouca sensibilidade para estes assuntos em geral e de que mal percebia o que se estava a passar. Dois dias antes da criação do Pacto do Atlântico, já em Washington, Caeiro da Matta, num encontro de Ministros dos Negócios Estrangeiros de todos os países signatários, toma a palavra e levanta a questão da compatibilidade do Pacto do Atlântico com o Pacto Ibérico. O silêncio na sala é ensurdecedor. Não fora a intervenção de Dean Acheson e o Ministro Português teria colocado tudo a perder.

Ao contrário do que afirma Franco Nogueira, não nos parece que de facto Caeiro da Matta tenha sido um defensor da adesão de Portugal à NATO, mas também não foi um opositor convicto. O Ministro, na nossa opinião, adoptou uma postura de funcionar como que o eco de Oliveira Salazar. Como se sabe, o Presidente do Conselho manteve, desde o início das conversações até à decisão final, fortes reservas em relação à entrada de Portugal no Pacto. Tal facto levou a que o Ministro Caeiro da Matta também adopta-se essa posição.

Segundo Franco Nogueira (1980) e António Telo (1996), o Ministro das Obras Públicas, José Ulrich, manifesta-se formalmente contra a adesão de Portugal ao Pacto do Atlântico. Já no que diz respeito a Manuel Cavaleiro Ferreira, Ministro da Justiça, Franco Nogueira (1980) diz-nos que o diplomata defende que se deve aguardar e insistir na redução do prazo de vigência do Tratado de vinte para dez anos. António Telo (1996) defende que o Ministro é



um dos poucos que se manifesta formalmente contra, tal como já referido José Ulrich se manifestou.

Na verdade, Cavaleiro Ferreira apresentou sempre grandes reservas relativamente à adesão de Portugal ao Pacto do Atlântico enquanto Ministro da Justiça.

Muitos outros Ministros presentes no Conselho não se pronunciam abertamente sobre a matéria em discussão mas dão, de certa forma, a entender a sua relutância na adesão de Portugal à Aliança. Na sua opinião (dos Ministros) e a julgar pela pequena ajuda que Portugal recebera no âmbito do *Plano Marshall*, a NATO será apenas mais do mesmo. Portugal facilitaria a ligação entre os dois continentes através das bases dos Açores e em troca receberia uma mão cheia de quase nada.

Ainda segundo José Telo (1996) e Franco Nogueira (1980), o Ministro das Finanças, João Pinto da Costa Leite, mostra-se um defensor da entrada de Portugal na NATO. Como facilmente se percebe, a entrada de Portugal no Pacto do Atlântico era vista, pelo Ministro e pela administração financeira do Estado, como uma forma de aproximação aos EUA, incentivando de certa forma uma evolução interna do regime.

António de Faria, que desempenhava o cargo de Secretário-Geral do MNE, foi sem dúvida, uma pessoa fundamental em todo o processo que levou Portugal a aderir à NATO. António de Faria “tinha-se já afirmado como um dos grandes diplomatas da sua geração e a sua longa experiência em Londres durante a guerra deu-lhe um conhecimento raro em Portugal do mundo anglo-saxónico e das políticas para o Atlântico” (Telo, 1996, p. 64).

O diplomata funcionou muitas vezes como braço direito de Salazar para assuntos de grande importância, como era o caso. António de Faria foi, muito provavelmente, o primeiro diplomata a manifestar-se favorável à adesão de Portugal através de documentos internos. Foi ele o responsável pelas discussões com Espanha, conseguindo contrariar sempre, de uma forma hábil e inteligente, as intenções do país vizinho.

Como prova do importante papel que desempenhou no processo de adesão de Portugal à NATO foi a sua ida a Washington, acompanhando o Ministro dos Negócios Estrangeiros à cerimónia de assinatura, no dia 4 de Abril de 1949, do Pacto do Atlântico.

Também Teotónio Pereira foi um acérrimo defensor da entrada de Portugal na Aliança. O diplomata era o então Embaixador português em Washington, funcionando muitas vezes como elo de ligação entre o governo português e o SD.

Tal como António de Faria, Teotónio Pereira tem um papel absolutamente decisivo em todo este processo. Teotónio Pereira manifesta desde cedo o seu desagrado numa não inclusão de Portugal. Quando o Embaixador toma conhecimento que o governo português não tem intenção de integrar a Aliança, responde de imediato com fortes argumentos.

Desde logo lembra Lisboa que se não participou nas negociações para a criação do Pacto foi por causa das indicações que recebera nesse sentido e que agora era descabido estar a





alegar tanto a falta de conhecimento, como era tarde para mudar o que quer que fosse porque já existia um acordo geral. O Embaixador não se fica por aqui, respondendo, segundo Pereira (2006), de uma forma cuidada aos receios de Lisboa, pois lembra que as decisões no âmbito da NATO só serão tomadas por unanimidade; a NATO não pode dar bases aos EUA contra a vontade de Portugal; Lembra ainda que Espanha está a fazer pressão para Portugal não aderir porque está a defender os seus interesses e que ela própria desejaria aderir à NATO se tal estivesse ao seu alcance; Recorda ainda que as eventuais pressões sobre as bases dos Açores não dependerão do facto de Portugal estar na NATO, pelo contrário, poderá até ser pior se Portugal não pertencer à NATO; Também alerta que o Pacto nada fala relativamente às colónias, que era uma das grandes preocupações de Oliveira Salazar.

Estes são alguns dos argumentos que o Embaixador em Washington, Teotónio Pereira, apresenta ao governo português e que vieram a ser absolutamente determinantes na decisão final.

Teotónio Pereira foi um Embaixador de reconhecido valor tendo exercido, tal como neste caso, com convicção e muita determinação a sua acção diplomática.

Em Washington Dean Acheson, que trabalhou directamente com o Embaixador português no processo de criação da NATO, considera-o como um amigo íntimo. Também Oliveira Salazar nutre um grande respeito pelo Embaixador tendo nele total confiança política e pessoal.

Segundo Franco Nogueira (1980), também o Ministro do Interior, Cancela de Abreu, era defensor da entrada de Portugal na Aliança. A importância do Ministro no seio do governo é revelada quando Oliveira Salazar marca novo Conselho de Ministros para o dia 23 de Março, pois antes de tomar uma decisão quer ouvir Cancela de Abreu, que estava ausente na reunião do dia 21 de Março.

Após a análise de algumas das entidades do governo, que de uma forma directa ou indirecta tiveram influência na decisão final do governo, podemos afirmar que foi uma decisão difícil. Desde logo porque a opinião dos governantes estava repartida. De um lado, e contra a adesão encontravam-se o Ministro das Obras Públicas, o Ministro da Justiça e com maior peso, devido ao seu importante cargo, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, para além de outros Ministros que embora não o afirmem abertamente, mostram grande “relutância pela adesão de Portugal” (Nogueira, 1980, p. 144).

Os opositores viam nesta Aliança uma forma subtil que os EUA estariam a usar para se apoderarem do território Português para a criação e utilização de bases aéreas mesmo em tempo de paz. Havia ainda, como nos diz António Telo (1996), o medo de uma fusão económica ou fundamentalmente política.



Contudo, no outro prato da “balança política” encontram-se o Ministro das Finanças, o Ministro do Interior, o Embaixador Português nos EUA e o Secretário-Geral do MNE, que acabou por ter um papel importantíssimo em todo o processo de adesão, estando inclusivamente na cerimónia de assinatura do Pacto.

Precisamente ao centro da “balança política” estava o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, à “espera de um empurrão mais forte” que o fizesse “pendear” para um dos pratos da balança. Oliveira Salazar tinha plena consciência da necessidade da criação de uma Aliança junto dos EUA para a defesa da Europa ocidental. Como nos relata Pedro Pereira “A memória das guerras ainda estava viva e havia, segundo Salazar suficientes razões de conflito no seio da Europa para Portugal não querer envolver-se numa aliança...” (2006, p. 266). Os EUA traziam consigo a credibilidade e a coerência da política de defesa que se traduzia na Aliança Atlântica, os créditos em dólares para a recuperação económica, para além de todo o equipamento militar que seria distribuído pelos membros da Aliança e sem esquecer da formação técnica e tática que seria ministrada ao corpo de Oficiais. Contudo, Oliveira Salazar teme a perda da soberania dos Estados e a crescente subordinação da Europa aos EUA, como prova disso mesmo foi o facto de que Portugal, em 1949, “não desejou receber ajuda militar norte-americana para não se colocar numa situação de subordinação (Pereira, 2006, p. 672). Há ainda outro grande receio do Administração de Lisboa, pois o texto que dava forma à Aliança Atlântica assentava, desde logo, em bases democráticas, ao contrário do regime político ditatorial vivido em Portugal. Como nos diz José Medeiros Ferreira (1990, p. 155) “A intenção normativa de Salazar destina-se sobretudo a defender o seu regime...”.

Oliveira Salazar, em resumo, encontra-se fortemente dividido um pouco à semelhança do restante governo, pois por um lado sente a necessidade da criação de uma aliança para poder fazer frente a uma guerra que pode estar para breve, mas por outro lado nada pode justificar a colocação em causa da soberania do Estado e do regime político. Adivinham-se dificuldades para percorrer todo o caminho que leve à decisão final.

### **III. 2. A perspectiva militar**

Segundo António José Telo (1999, p. 56), o General Raul Esteves “...acaba por propor que Portugal se integre sem ambiguidades na OTAN, participe na defesa avançada da Europa e valorize as suas posições Atlânticas.”

Ainda Segundo António José Telo (1999, p. 80) e Franco Nogueira (1980, p. 144), o Oficial da Marinha de Guerra, Almirante Américo Thomaz que desempenhava na altura o cargo de ministro da Marinha apoia também a adesão de Portugal à Aliança Atlântica.





Parece-nos do consenso geral de todos os historiadores, que abordaram esta temática, que o então Ministro da Guerra e Oficial do Exército, Santos Costa, teve um papel importantíssimo na adesão de Portugal à NATO. Santos Costa é considerado como um dos mais influentes responsáveis do governo e ao mesmo tempo “falando em nome das Forças Armadas, é especialmente convicto no apoio à adesão, que considera fundamental para a futura política de defesa” (Telo, 1996, p. 78). O Ministro lembra que esta é a grande oportunidade que Portugal tem de finalmente ver concretizados os planos de rearmamento aprovados. Oliveira Salazar tem um grande respeito pelo Ministro e tal como sucedera com o Ministro do Interior, o Presidente do Conselho não toma uma decisão final sem antes ouvir a opinião de Santos Costa.

Já o General Norton de Matos<sup>13</sup>, Segundo Pedro Pereira (2006), manifestara-se ser contra a adesão de Portugal à NATO. De facto o General Norton de Matos, que se candidatara à Presidência da República em 1949, era dos poucos militares que estavam contra a adesão de Portugal à Aliança Atlântica. Numa entrevista a um jornal brasileiro (*Vanguarda*), o General Norton de Matos classifica o Pacto como “criminal” e acrescenta ainda que se for eleito procurará manter a aliança com a Inglaterra e nada mais, ou seja, não aderirá à Aliança do Atlântico.

No que poderemos apelidar de “balança militar”, relativamente às opiniões das entidades militares no que diz respeito à entrada de Portugal na NATO, esta encontrava-se claramente pendente para um dos pratos.

Como nos diz Nuno Severiano Teixeira (1995, p. 808) “a instituição militar esteve, globalmente, de acordo com a política de entrada na NATO.”

Na realidade e ao contrário do que acontecera na perspectiva política existia no seio das altas patentes militares um consenso geral. Poucas eram as vozes que se levantavam contra a adesão de Portugal à Aliança Atlântica.

A instituição militar facilmente se apercebeu que um “...dos vários objectivos da Aliança, era a solidariedade militar...” (Moreira, 2004, p. 217) e que através desta poderia alcançar “a ajuda militar norte-americana para a modernização profissional e o reequipamento técnico das forças armadas portuguesas...” (Teixeira, 1995, p. 808).

Segundo esta perspectiva não é difícil compreender porque razão “a maioria dos militares defendia abertamente a adesão...” (Telo, 1996, p. 65).

Ainda nos anos 30, o Exército vinha sofrendo uma apreciável reestruturação e um significativo esforço de reequipamento, o que de certa forma permitiu retirá-lo de uma vincada decadência que já se encontrava. Todo este esforço sofre no entanto um interregno com a Segunda Grande Guerra. No entanto, em 1943, devido ao acordo estabelecido com o

---

<sup>13</sup> General José Maria Mendes Ribeiro Norton de Matos, foi candidato à Presidência da República em Fevereiro de 1949, mas como forma de protesto contra a falta de garantias democráticas retirou a sua candidatura na fase final.



Reino Unido e em larga medida devido à “neutralidade colaborante” portuguesa durante a Guerra, o processo de reequipamento é novamente retomado. Foi recebido material de guerra, em especial material de artilharia de campanha, de antiaérea e de costa, para além de armamento ligeiro, viaturas de reconhecimento e material de transmissões.

Contudo, as Forças Armadas encontram-se instruídas de acordo com os padrões predominantes antes da Segunda Guerra Mundial, que assentavam na rusticidade, baixo tecnicismo, deslocamentos apeados e a ainda quase generalizada tracção hipomóvel.

Ora a instituição militar, sabe nesta altura, que com a entrada na NATO tudo seria diferente, desde a organização superior do Exército, infra-estruturas, organização das unidades, equipamento, doutrina, instrução e treino, controlo e mudança das mentalidades em especial dos quadros (Couto, 1999).

Resta nesta altura aos militares exercerem a força e a sua opinião perante o governo através dos seus representantes como era o caso do Ministro da Guerra, Santos Costa, que foi um acérrimo defensor da adesão de Portugal ao Pacto.

Esta é a posição das Forças Armadas Portuguesas que, dito por outras palavras, vêem nesta Organização não só a defesa da Europa Ocidental de uma forma credível, mas fundamentalmente a possibilidade de se modernizar ao nível da doutrina, do saber tático e técnico, virando assim uma nova página na sua história e formação.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após tudo o que foi dito, cingimo-nos agora àqueles que consideramos ser os pontos essenciais do tema investigado, procurando efectuar uma conclusão reflectida.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o velho Continente Europeu encontrava-se com a sua economia completamente arruinada. Para fazer face a esta situação vão surgindo ao longo dos anos algumas alianças entre vários Estados.

Salazar, mantém-se fiel à aliança luso-britânica, que poderia ser assente numa trilogia Portugal-Inglaterra-EUA, pois julga-se inconveniente para o regime um relacionamento ou coligação directa de cariz democrático e anti-colonial. Por outro lado, a Inglaterra surgia, por razões históricas, como parceiro favorável ao regime.

O receio de uma aproximação aos EUA intensifica-se com a recepção do memorando, onde se pretende saber qual a opinião de Portugal em relação à entrada na NATO, pois não se sabe ao certo quais as reais intenções dos EUA.

Partindo deste ponto de vista, o governo de Portugal dava prevalência, como opção estratégica, ao eixo Lisboa-Londres, pois a aproximação aos EUA, como já foi dito, parecia potencialmente perigosa.

Foi precisamente devido a tais preconceitos que Portugal tinha em relação aos EUA que foi a Inglaterra a iniciar as conversações com Lisboa em relação à NATO.

Contudo, com a crescente ameaça soviética, em que o cenário de uma nova guerra estava cada vez mais presente, o governo português opta por se adaptar a um posicionamento mais directo à potência americana.

Após os primeiros contactos, Portugal mostra-se interessado em esclarecer alguns aspectos, ficando à espera de respostas formais, o que de certa forma levou à perda do “rapidíssimo comboio” das negociações. Quando o governo português “acordou” para as negociações já era demasiado tarde. Nesta altura restava a Portugal a possibilidade de aceitar ou não as imposições discutidas e aprovadas pelos restantes membros.

Salazar compreende que Portugal deve conseguir conciliar as suas relações histórico-geográficas, traduzindo-se na prática pela aproximação à Europa Ocidental e aos EUA, sem no entanto abdicar do regime instituído.

Parece de facto ter sido intenção dos EUA a aproximação à Europa e a NATO foi a forma encontrada, de se defender da União Soviética, criando bases intermédias. Portugal encaixava na perfeição na sua estratégia, sobretudo pela situação geográfica da base intermédia dos Açores.

Não será assim um elevado risco afirmar que caso os Açores não tivessem valor estratégico ou se não fossem do domínio português, os EUA não teriam convidado o País a ser membro fundador da NATO.



Como grandes defensores da adesão de Portugal ao Pacto do Atlântico surgem o enérgico Embaixador de Portugal nos EUA de seu nome Pedro Teotónio Pereira e o experiente diplomata António de Faria, sem esquecer o Ministro da Guerra, Santos Costa, que deu voz aos militares, que sendo dos últimos a ser ouvido pelo Presidente do Conselho, poderá considerar-se que teve uma influência decisiva.

Uma das grandes questões levantadas pelo governo português, foi a inclusão de Espanha. Para Portugal era a forma de solidificar a posição do regime político em paralelo com o franquismo. A pressão exercida pelos países de França e do Benelux tornou tal facto impossível. Do ponto de vista destes países, a inclusão de Espanha poderia dar origem a que os EUA elaborassem um plano de defesa para os Pirinéus e não para a linha do Reno, o que na prática se traduzia, em caso de conflito armado, que estes países seriam, uma vez mais, o palco das operações. Os EUA não foram contra a inclusão de Espanha e com algum sentido, pois se virmos com atenção, a linha dos Pirinéus é uma difícil fronteira natural por excelência e seria o último obstáculo capaz de impedir a invasão em massa da Europa Ocidental caso a linha do Reno não fosse capaz de garantir a sua função como primeira linha de contenção ao avanço das tropas inimigas. Este era pois a forma de ter um “plano B” de emergência, o que poderia ser muito útil em caso de necessidade.

Desde o início se percebeu que a administração portuguesa estava dividida praticamente a meio, pois havia o medo não só de uma subordinação aos interesses dos EUA como da sobrevivência do regime político. Tal facto ficou bem patente na necessidade de se efectuarem três reuniões de Conselho de Ministros para se chegar à decisão final. Ao longo das reuniões foram manifestadas posições completamente antagónicas. Pois se por um lado havia aqueles que defendiam que uma adesão colocaria em risco a soberania do País em contrapartida de pouco ou nada receber, por outro lado havia aqueles que viam a aliança como uma forma impar de conseguir recuperar não só a economia como a segurança e a defesa só possível com a presença dos EUA. Não obstante destas duas posições existiam ainda aqueles que diziam que “sim senhor”, Portugal deveria aderir ao Pacto mas com determinadas exigências satisfeitas, isto numa altura em que os termos da Aliança estavam perfeitamente definidos e onde Portugal nada mais poderia fazer do que dizer *sim* ou *não* ao Pacto. Em oposição à indefinição que se tinha gerado no seio da administração portuguesa, estava a instituição militar, onde a sua esmagadora maioria defendia abertamente a adesão de Portugal à Aliança Atlântica. O Ministro da Guerra, Santos Costa, também ele um defensor da adesão, representava de certa forma o querer e a opinião dos militares, e fê-lo em termos práticos na última reunião com vista à decisão final, onde foi ouvido pelo Presidente do Conselho. Esta era uma oportunidade, vista pelos militares, de melhorar a sua formação, aprender novas tácticas e técnicas. Permitia o contacto directo com forças



altamente treinadas e evoluídas. As forças armadas portuguesas operavam com materiais cada vez mais obsoletos com baixo tecnicismo e onde imperava a rusticidade.

Era então necessário “virar a página” no sentido da evolução técnica, com vista a uma maior e melhor formação e motivação das forças.

Oliveira Salazar mantinha-se na maior das indecisões, pois sabia que por um lado era importante a aproximação aos EUA, mas por outro poderia estar a colocar em perigo a soberania do Estado e o seu regime político.

O Presidente do Conselho, como forma de minimizar o “risco” da sobrevivência do regime ainda fez algumas exigências. Nomeadamente e como já foi referida, a inclusão de Espanha, o período de vinte anos previsto para a vigência da Aliança foi tido, para Lisboa, como um entrave à sua adesão, pois era demasiado tempo, o que poderia arrastar Portugal para conflitos indesejados. No entanto houve países europeus que chegaram a sugerir cinquenta anos, pois esta era uma forma de manter uma Aliança duradoura com os EUA e receber ao longo dos anos apoio não só militar mas também económico.

Apesar de Lisboa não ter visto satisfeita nenhuma das suas exigências, pois a NATO também não incluía a defesa dos territórios ultramarinos, sabia que esta era uma oportunidade que não podia desperdiçar. Portugal garantia assim a defesa do seu território, a aproximação ao apoio quer militar, quer económico vindo dos EUA. Daí se percebe que, como nos diz Telo, “para Lisboa, a NATO é o menor dos males” (1996, p. 82).

No dia 23 de Março e após três dias de intensas reuniões de Conselho de Ministros, é tomada a decisão final. Portugal responde afirmativamente ao convite para aderir à NATO.

Atitude contrária e em caso de um conflito armado vindo de Leste colocaria Portugal à mercê do invasor que iria certamente ignorar a integridade física e política do País.

Salazar temia que com a entrada na NATO o seu regime político sofresse grandes pressões internacionais no sentido da democratização do País, mas tal facto não se veio a verificar, bem pelo contrário. A entrada de Portugal na NATO foi uma forma de manter o regime do Estado Novo protegido, pois a NATO não tinha carácter de imposição da democratização política e sendo Portugal um Estado-membro de extrema importância na estratégia de defesa dos EUA, não se iria incomodar em demasia um regime de que cuja política a continuação do acordo da Lajes dependia. Ainda mais quando o acordo caducava por volta de 1953.

Do ponto de vista Europeu, a aproximação aos EUA, era tida como a única forma de concretizar uma defesa credível perante a cada vez mais evidente força e ameaça do bloco Leste.

A NATO, consubstancia-se assim num pacto de segurança defensivo, que repelia situações conflituosas para qualquer dos seus Estados-membros, sem lançar qualquer ultimato aos



diferentes regimes políticos ou às suas colónias, transparecendo assim uma enorme flexibilidade, sendo daqui que nasceu toda a sua força.

Como Oliveira Salazar refere a determinada altura, ainda que por outras palavras, que era “impossível” dizer que não perante os factos apresentados pelos defensores da adesão à NATO, pois os contras comparados com os benefícios eram “coisas de somenos” (Oliveira, 2001, p. 67). Esta era uma coligação de esforços concertados dos diversos Estados auxiliados pelos EUA, tida como necessária para a sobrevivência dos países “ribeirinhos” do Atlântico ameaçados pela crescente força de União Soviética.

A integração de Portugal na NATO foi, em larga escala, mais uma necessidade de defesa geoestratégica do que uma convicção ideológica, mas que pensamos hoje poder afirmar que resultou em pleno.



## **Fontes Bibliográficas**

AHM, Arquivo Histórico Militar.

Biblioteca da Academia Militar.

Biblioteca do Instituto da Defesa Nacional.

Biblioteca do Ministério da Defesa Nacional.

Biblioteca do Instituto de Estudos Superiores Militares.



## BIBLIOGRAFIA

### - Bibliografia Citada -

#### 1. Livros

- ARAÚJO, Manuel Gomes de; *O Tratado do Atlântico Norte (NATO), sua evolução política, militar e económica in Conferências proferidas em 1959/1960*, vol.1, Lisboa : IAEM, 1960.
- CARVALHO, Henrique Martins de; *Portugal e o Pacto do Atlântico*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 1953.
- GUEDES, Armando Marques; *Estudos sobre Relações Internacionais*, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE, 2005.
- MOREIRA, Adriano; *A Europa em formação (A crise do atlântico)*, (4ª ed), Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2004.
- NOGUEIRA, Franco; *Salazar, Vol.4, O Ataque (1945-1958)*, Atlântida Editora, Coimbra, 1980.
- PEREIRA, Pedro Cantinho; *Portugal e o início da construção Europeia 1947-1953*, IDI – MNE, 2006.
- PORTUGAL, António Monteiro; *Portugal e as Organizações Internacionais – NATO, ONU, OSCE, in Visões da política externa portuguesa*, Sociedade de Geografia de Lisboa e Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005.
- TELO, António José; *Portugal e a NATO o reencontro da tradição atlântica*, Edições Cosmos, Lisboa, 1996.
- TELO, António José; *Portugal e a sua integração na Aliança Atlântica in Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica 1949-1999*, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa, 1999.

#### 2. Publicações periódicas

- COUTO, Abel Cabral; *A OTAN e a Modernização do Exército in Jornal do Exército*, Abril de 1999.
- FERREIRA, José Medeiros; *A Ratificação da Tratado do Atlântico Norte in Política Internacional nº1*, vol.1, Janeiro, 1990.
- PEREIRA, Vaz; *Portugal e a NATO in Nação e Defesa*, Instituto de Defesa Nacional, nº39, JUL-SET, 1986.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano; *A Europa e a NATO in Política Internacional nº12*, vol.1 primavera-verão, 1996.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano; *Portugal e a Fundação da Aliança Atlântica in Jornal do Exército*, Abril de 1999.





- TEIXEIRA, Nuno Severiano; *Portugal e a NATO: 1949-1989*, in *Análise Social*, vol. xxx, nº133, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano; *Portugal e a NATO: 1949-1999* in *Nação e Defesa*, Instituto de Defesa Nacional, nº89, 2ª série, 1999.
- TELO, António José; *Portugal e a NATO: 1949-1976* in *Nação e Defesa*, Instituto de Defesa Nacional, nº89, 2ª série, 1999.

### **3. Outros Trabalhos**

- Oliveira, Pedro; *A Integração de Portugal na NATO, a Adaptação Possível*, 2001.

### **4. Documentos Electrónicos**

- SACCHETTI, António Emílio Ferraz; 1949 - A NATO. (Disponível em: <http://www.marinha.pt/>, Acedido em 20 de Maio de 2008).
- The North Atlantic Treaty. (Disponível em: <http://www.nato.int/>, Acedido em 07 de Julho de 2008).

## **- Bibliografia Consultada -**

### **1. Livros**

- BONIFACE, Pascal; *Dicionário das Relações Internacionais*, 1ª Ed, Lisboa, 1997.
- FERREIRA, José Medeiros; *O comportamento Político dos Militares, forças armadas e regimes políticos em Portugal no Séc. XX*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992.
- LOURENÇO, Eduardo; *Os Militares e o Poder*, 1ª Ed, Lisboa, 1975.
- MOREIRA, Adriano; *Teoria das Relações Internacionais*, 4ª Ed, Almedina, Coimbra, 2002.
- MOREIRA, Adriano; Cardoso, Pedro; *Estratégia*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1992.

### **2. Outros Trabalhos**

- *Tratados, Convenções e acordos Militares*, Instituto da Defesa Nacional, 1987.

### **- Revistas consultadas**

- *Análise Social*
- *Jornal do Exército*
- *Nação e defesa*
- *Política Internacional*



# ANEXOS



## Anexo A

# The North Atlantic Treaty

*Washington D.C. - 4 April 1949*

*The Parties to this Treaty reaffirm their faith in the purposes and principles of the Charter of the United Nations and their desire to live in peace with all peoples and all governments. They are determined to safeguard the freedom, common heritage and civilisation of their peoples, founded on the principles of democracy, individual liberty and the rule of law. They seek to promote stability and well-being in the North Atlantic area. They are resolved to unite their efforts for collective defence and for the preservation of peace and security. They therefore agree to this North Atlantic Treaty:*

### Article 1

The Parties undertake, as set forth in the Charter of the United Nations, to settle any international dispute in which they may be involved by peaceful means in such a manner that international peace and security and justice are not endangered, and to refrain in their international relations from the threat or use of force in any manner inconsistent with the purposes of the United Nations.

### Article 2

The Parties will contribute toward the further development of peaceful and friendly international relations by strengthening their free institutions, by bringing about a better understanding of the principles upon which these institutions are founded, and by promoting conditions of stability and well-being. They will seek to eliminate conflict in their international economic policies and will encourage economic collaboration between any or all of them.

### Article 3

In order more effectively to achieve the objectives of this Treaty, the Parties, separately and jointly, by means of continuous and effective self-help and mutual aid, will maintain and develop their individual and collective capacity to resist armed attack.

### Article 4

The Parties will consult together whenever, in the opinion of any of them, the territorial integrity, political independence or security of any of the Parties is threatened.

### Article 5

The Parties agree that an armed attack against one or more of them in Europe or North America shall be considered an attack against them all and consequently they agree that, if such an armed attack occurs, each of them, in exercise of the right of individual or collective



self-defence recognised by Article 51 of the Charter of the United Nations, will assist the Party or Parties so attacked by taking forthwith, individually and in concert with the other Parties, such action as it deems necessary, including the use of armed force, to restore and maintain the security of the North Atlantic area.

Any such armed attack and all measures taken as a result thereof shall immediately be reported to the Security Council. Such measures shall be terminated when the Security Council has taken the measures necessary to restore and maintain international peace and security.

## **Article 6**

For the purpose of Article 5, an armed attack on one or more of the Parties is deemed to include an armed attack:

- on the territory of any of the Parties in Europe or North America, on the Algerian Departments of France, on the territory of or on the Islands under the jurisdiction of any of the Parties in the North Atlantic area north of the Tropic of Cancer;
- on the forces, vessels, or aircraft of any of the Parties, when in or over these territories or any other area in Europe in which occupation forces of any of the Parties were stationed on the date when the Treaty entered into force or the Mediterranean Sea or the North Atlantic area north of the Tropic of Cancer.

## **Article 7**

This Treaty does not affect, and shall not be interpreted as affecting in any way the rights and obligations under the Charter of the Parties which are members of the United Nations, or the primary responsibility of the Security Council for the maintenance of international peace and security.

## **Article 8**

Each Party declares that none of the international engagements now in force between it and any other of the Parties or any third State is in conflict with the provisions of this Treaty, and undertakes not to enter into any international engagement in conflict with this Treaty.

## **Article 9**

The Parties hereby establish a Council, on which each of them shall be represented, to consider matters concerning the implementation of this Treaty. The Council shall be so organised as to be able to meet promptly at any time. The Council shall set up such subsidiary bodies as may be necessary; in particular it shall establish immediately a defence committee which shall recommend measures for the implementation of Articles 3 and 5.

## **Article 10**

The Parties may, by unanimous agreement, invite any other European State in a position to further the principles of this Treaty and to contribute to the security of the North Atlantic area to accede to this Treaty. Any State so invited may become a Party to the Treaty by depositing its instrument of accession with the Government of the United States of America. The



Government of the United States of America will inform each of the Parties of the deposit of each such instrument of accession.

#### **Article 11**

This Treaty shall be ratified and its provisions carried out by the Parties in accordance with their respective constitutional processes. The instruments of ratification shall be deposited as soon as possible with the Government of the United States of America, which will notify all the other signatories of each deposit. The Treaty shall enter into force between the States which have ratified it as soon as the ratifications of the majority of the signatories, including the ratifications of Belgium, Canada, France, Luxembourg, the Netherlands, the United Kingdom and the United States, have been deposited and shall come into effect with respect to other States on the date of the deposit of their ratifications.

#### **Article 12**

After the Treaty has been in force for ten years, or at any time thereafter, the Parties shall, if any of them so requests, consult together for the purpose of reviewing the Treaty, having regard for the factors then affecting peace and security in the North Atlantic area, including the development of universal as well as regional arrangements under the Charter of the United Nations for the maintenance of international peace and security.

#### **Article 13**

After the Treaty has been in force for twenty years, any Party may cease to be a Party one year after its notice of denunciation has been given to the Government of the United States of America, which will inform the Governments of the other Parties of the deposit of each notice of denunciation.

#### **Article 14**

This Treaty, of which the English and French texts are equally authentic, shall be deposited in the archives of the Government of the United States of America. Duly certified copies will be transmitted by that Government to the Governments of other signatories.

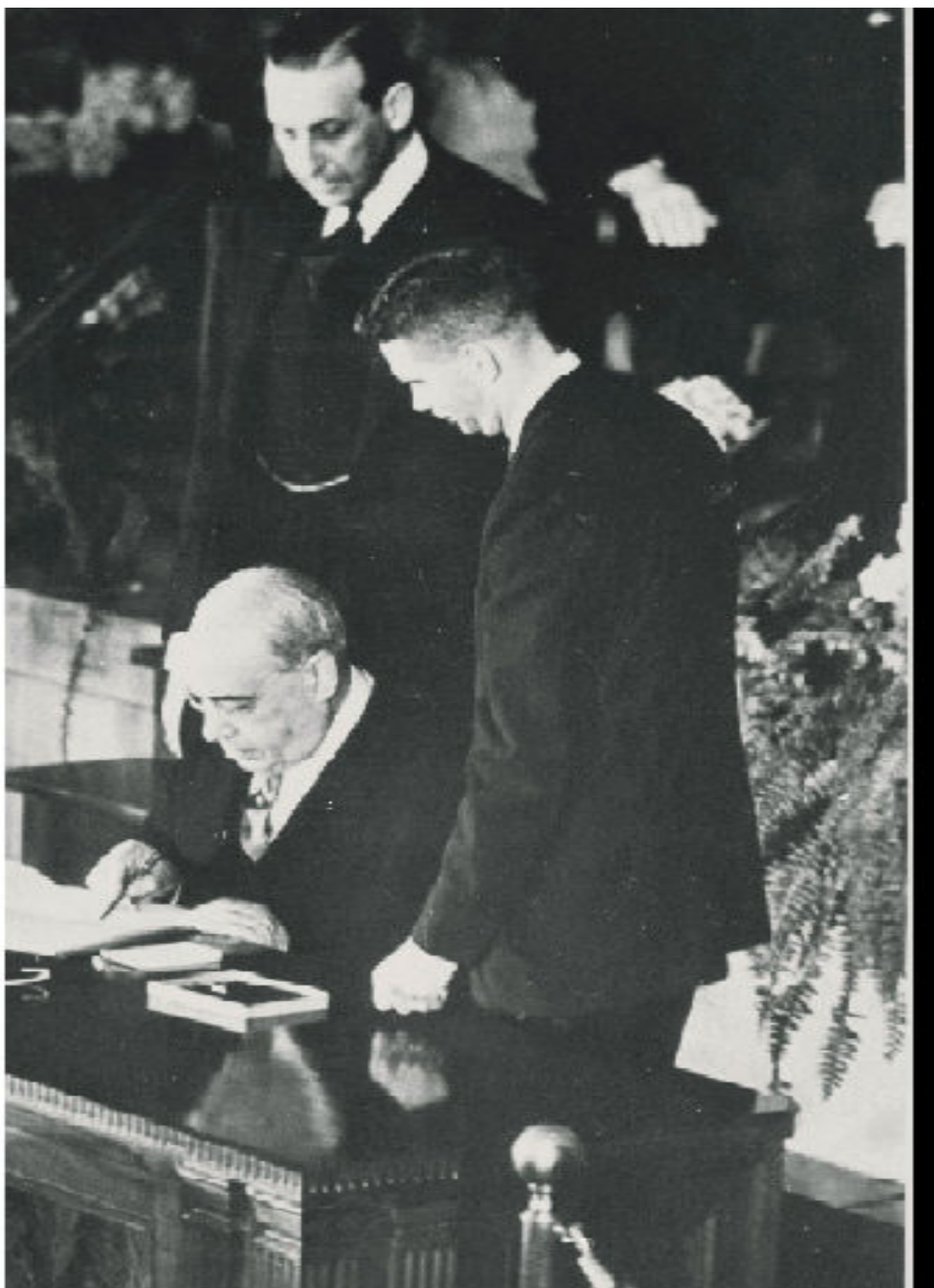


## Anexo B





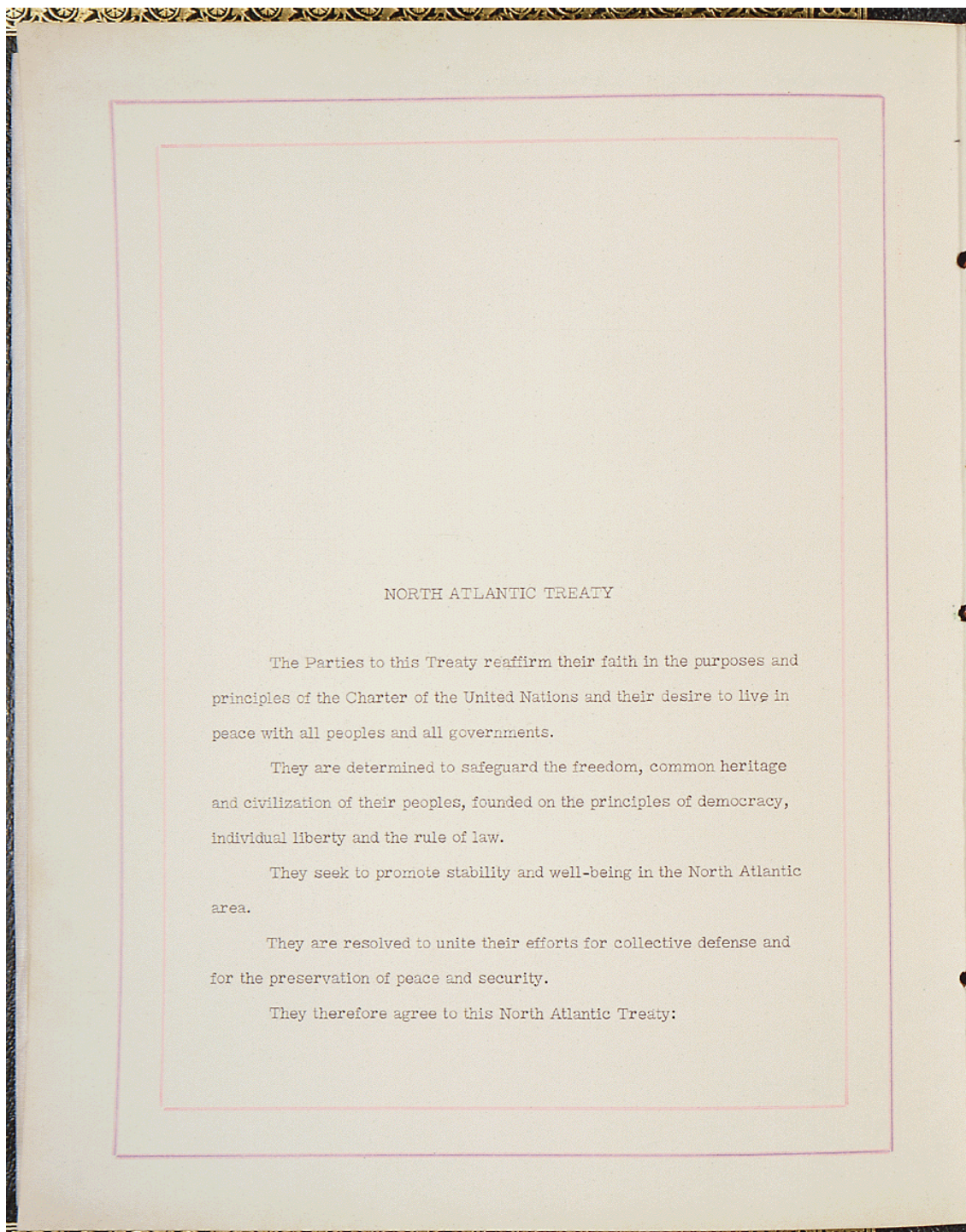
## Anexo C







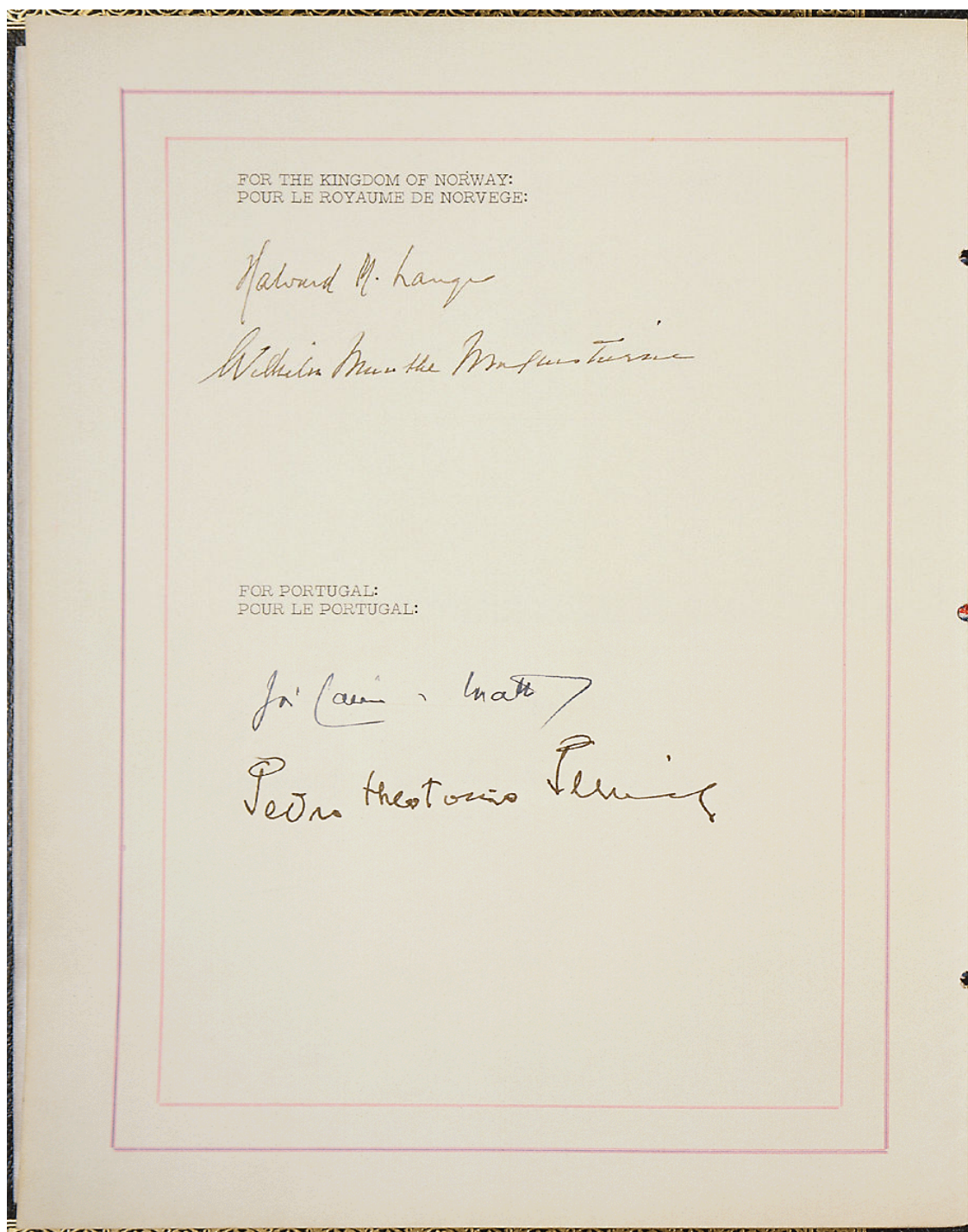
## Anexo D





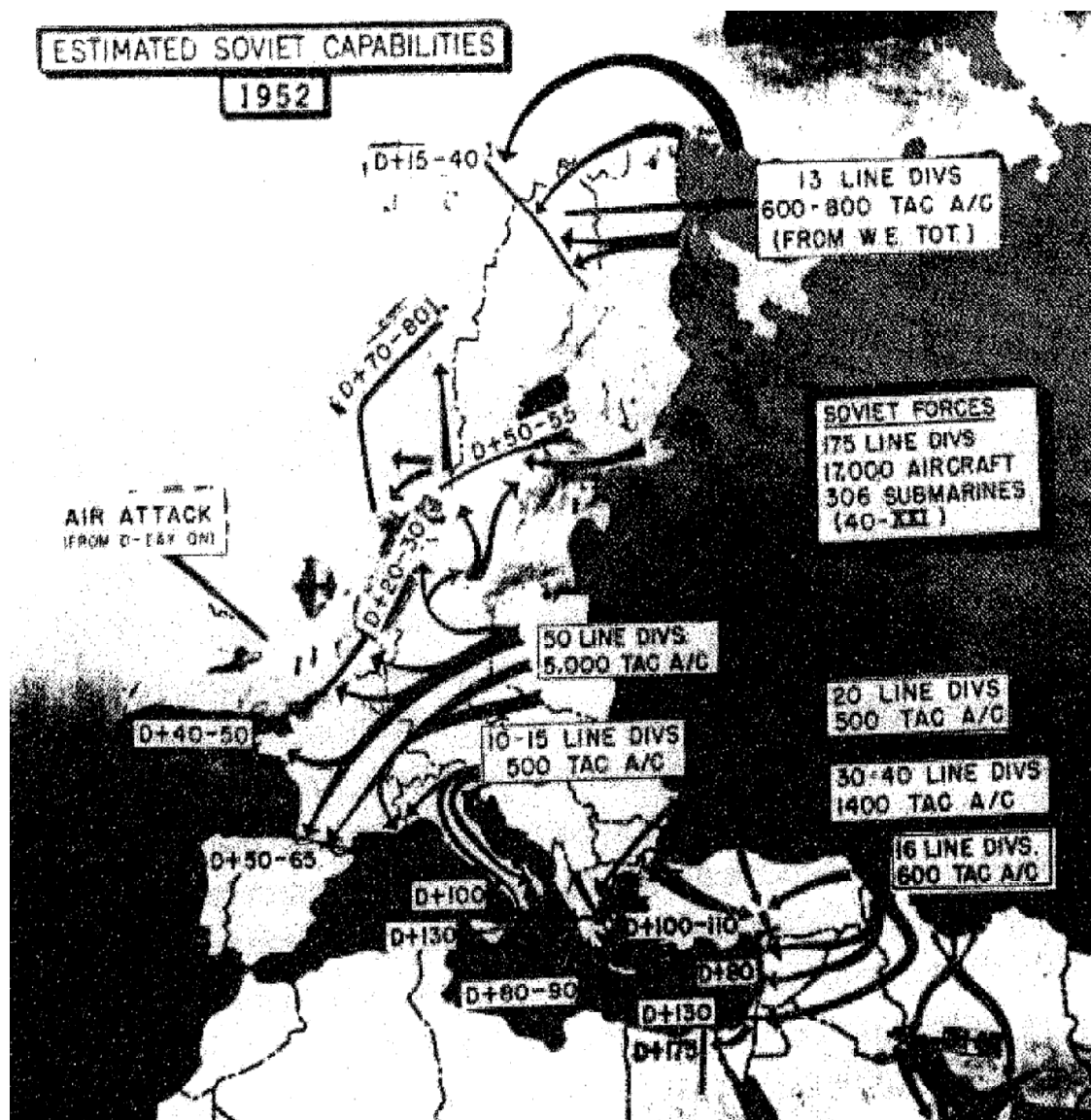


## Anexo E



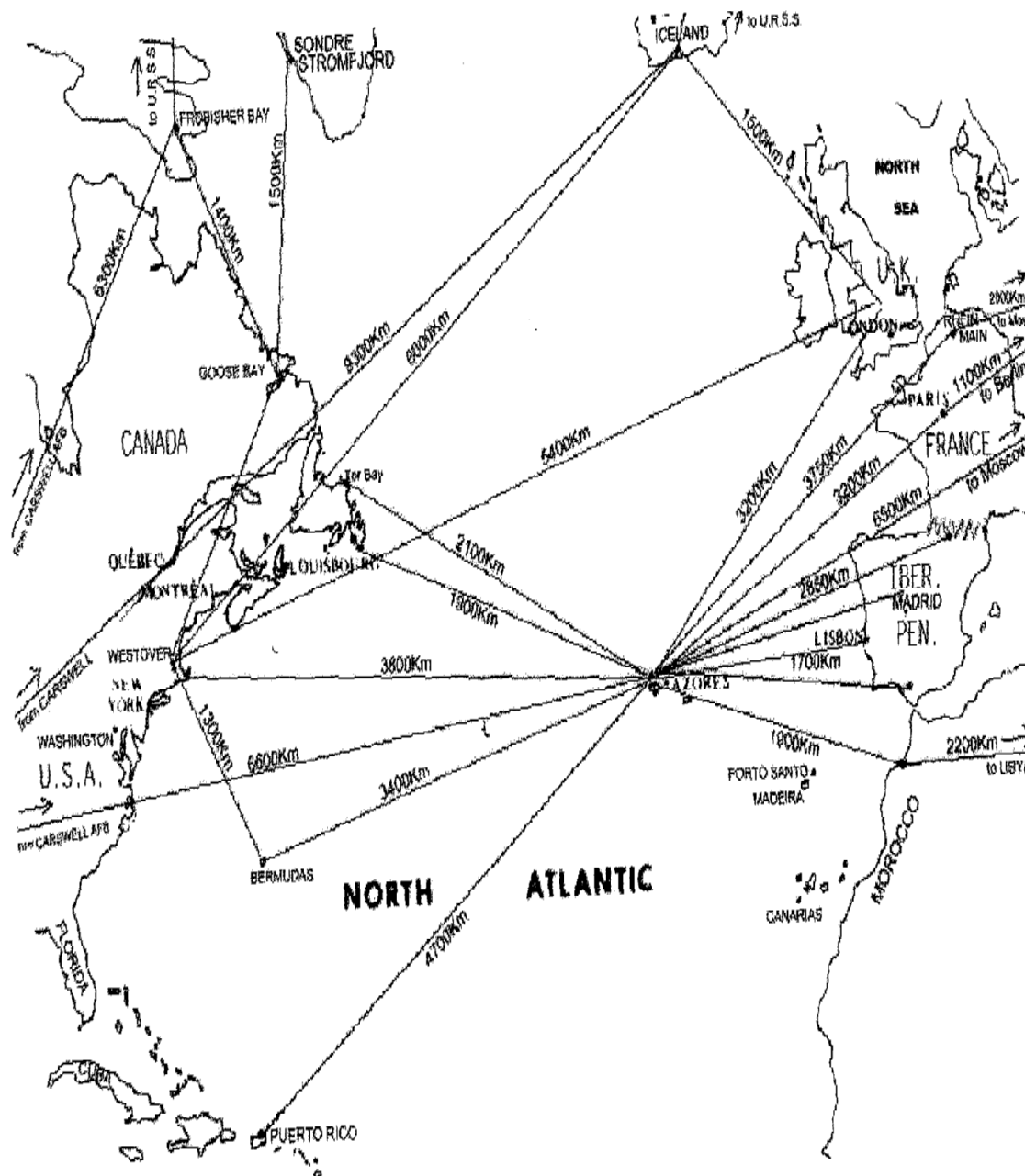


## Anexo F





## Anexo G





## Anexo H







## ANEXOS

**Anexo A** The North Atlantic Treaty; <http://www.nato.int/>, Acedido em 07 de Julho de 2008.

**Anexo B** Fotografia de Oliveira Salazar; <http://alerta1143.blogspot.com/>, Acedido em 16 de Julho de 2008.

**Anexo C** Fotografia de Caeiro da Matta a assinar o Tratado e de Teotónio Pereira a assistir; <http://www.nato.int/>, Acedido em 15 Julho 2008.

**Anexo D** Primeira página do Tratado do Atlântico Norte; <http://www.archives.gov/>, Acedido em 7 de Julho de 2008.

**Anexo E** Assinaturas de Caeiro da Matta e de Teotónio Pereira; <http://www.archives.gov/>, Acedido em 7 de Julho de 2008.

**Anexo F** Capacidades estimadas da União Soviética; Portugal e a NATO o reencontro da tradição atlântica, António José Telo.

**Anexo G** Mapa do Atlântico Norte com respectivas distâncias; A integração de Portugal na NATO, Pedro Oliveira.

**Anexo H** Mapa do curso do Rio Reno; <http://www.lrgs.org.uk/>, Acedido em 17 de Julho de 2008.